



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO CULTURA E CIDADANIA
LINHA DE PESQUISA MÍDIA E CIDADANIA
ARNALDO ALVES FERREIRA JÚNIOR

**A NOTÍCIA COMO DISCURSO: A CIDADANIA REPRESENTADA PELA
MÍDIA IMPRESSA NO ACIDENTE RADIATIVO DE GOIÂNIA**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Garbelini.

**GOIÂNIA
2010**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO MÍDIA E CIDADANIA
LINHA DE PESQUISA MÍDIA E CIDADANIA
ARNALDO ALVES FERREIRA JÚNIOR

**A NOTÍCIA COMO DISCURSO: A CIDADANIA REPRESENTADA PELA
MÍDIA IMPRESSA NO ACIDENTE RADIATIVO DE GOIÂNIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado, Linha de Pesquisa Mídia e Cidadania, da Faculdade da Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, como requisito à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Garbelini.

**GOIÂNIA
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO MÍDIA E CIDADANIA
LINHA DE PESQUISA MÍDIA E CIDADANIA
ARNALDO ALVES FERREIRA JÚNIOR

**A NOTÍCIA COMO DISCURSO: A CIDADANIA REPRESENTADA PELA
MÍDIA IMPRESSA NO ACIDENTE RADIATIVO DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Garbelini - FACOMB/UFG
Orientadora e Presidente da Banca

Prof^ª. Dra. Maria Aparecida Moura – ECI/UFGM
Membro externo

Prof^ª. Dra. Ana Carolina Rocha Pessôa Temer – FACOMB/UFG
Membro interno

Prof^º. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva – FACOMB/UFG
Suplente

GOIÂNIA
2010

*... ao meu filho, Vinicius, que acabou de chegar e
já sacudiu a vida de todos nós.*

*... à minha esposa, Liliane, que passou ao meu
lado todos os desafios que este empreendimento
proporcionou.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar os meus passos durante toda a caminhada que precisei realizar.

Aos meus Pais, por serem o meu porto seguro nos momentos de tempestade.

Aos meus amigos do Instituto Federal de Goiás, Andréa, Alisson, Adenildo, Adauto, Nelice, Rosinilda, Lúcia, Margarida e tantos outros, por compreenderem os momentos em que estive ausente.

Às minhas amigas do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, Suely, Eliany, Sonia, Laura, Andréa (de novo!), pelos incentivos e pelo exemplo de competência e profissionalismo.

Um agradecimento especial à minha Orientadora, Professora Maria de Fátima Garbelini, por ser mais que uma orientadora, mas uma guia fiel, sábia e paciente.

Aos meus professores do Programa de Mestrado em Comunicação, especialmente a Professora Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, pela acolhida, o carinho e o rigor.

Aos servidores da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, especialmente o servidor Thomaz Rodrigues Santana, que, sempre com bom humor, mostrou os procedimentos corretos a seguir.

À Superintendência Leide das Neves, representada pela servidora Marta de Almeida, que foi uma das maiores incentivadoras desta pesquisa.

À Organização Jaime Câmara, na figura da Bibliotecária Ana Márcia, pelo carinho e pelo entusiasmo com que colaborou na coleta de dados.

Aos meus amigos Marcelo, Heloisa, Enderson, Wilma... e tantos outros.

E também, a todos aqueles que indiretamente contribuíram para esta conquista.

"Minhas idéias são inventadas e eu não me responsabilizo por elas!"

Clarice Lispector

FERREIRA JÚNIOR, Arnaldo Alves. **A Notícia como Discurso**: a cidadania representada pela mídia impressa no acidente radiativo de Goiânia. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

RESUMO

A pesquisa desenvolveu-se na inter-relação do campo dos Estudos Críticos do Discurso com as possibilidades de construção da cidadania a partir dos ideais arendtianos de ação e discurso. Para tanto, buscou-se, a partir destas teorizações, examinar os processos da construção da cidadania a partir de discursos sobre o acidente com uma cápsula contendo Cloreto de Césio-137 em Goiânia em 1987. Sendo que as análises se concentraram nos discursos veiculados pela mídia impressa nos principais jornais impressos da época. A pesquisa foi estruturada, após revisão bibliográfica, acerca dos acontecimentos históricos do acidente. Para esta parte do trabalho os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa foram fornecidos pela Análise de Conteúdo – AC que, por sua vez, se configurou em metodologia e técnica adequada à análise de comunicações, visto que a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Para estudos de grupos minoritários, a metodologia AC foi importante no sentido de que possibilitou a desconstrução dos discursos em unidades de análises e a reconstrução destes de forma a identificar os pressupostos discursivos do pólo emissor das mensagens midiáticas. Na fase de elaboração de inferências sobre os dados obtidos, estes foram analisados teoricamente, a partir de unidades de análise advindas dos Estudos Críticos do Discurso, e dentro da perspectiva de Cidadania que ressalta que essa categoria existe quando o indivíduo é capaz de agir sem a intervenção de outrem e ainda, é capaz de anunciar-se utilizando do discurso, assegurando existência para si e para outros como ele a partir da mesma realidade compartilhada. O contexto em que a pesquisa se realizou configurou-se no que é denominado em literatura pertinente de Sociedades Periféricas, onde os elementos que se tem para a construção de cidadanias não privilegiam os fatores humanos elencados de início, o que por sua vez produz situações sociais de subalternização e construção do subcidadão. Isto é, pessoas que estão abaixo de que se consideraria o mínimo para que o *status* de cidadão esteja presente. Portanto, as conclusões advindas dessa pesquisa caminham no sentido de que é através da análise da capacidade de fala e de acesso aos meios de produção e reprodução discursiva que deve-se buscar as perspectivas de cidadania no contexto social que brevemente foi apresentado, utilizando-se do possível diálogo teórico entre os Estudos Críticos do Discurso e os referenciais arendtianos de ação e discurso esperando poder descortinar as conseqüências dos discursos midiáticos para a construção de subcidadanias e a naturalização de injustiças e desigualdades sociais.

Palavras-chave: Cidadania e Discurso. Comunicação e Discurso. Cidadania no Brasil. Análise de Conteúdo. Acidente Radiativo de Goiânia.

FERREIRA JUNIOR, Arnaldo Alves. **The News as Discourse: citizenship represented by the print media in the Goiania radiation accident.** 2010. 94 f. Dissertation (Master in Communication) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

ABSTRACT

The research on the interrelationship of the field of Critical Discourse Studies at the possibilities of construction of citizenship from the ideals Arendt of action and speech. To this end, we sought, from these theories, examine the processes of construction of citizenship from speeches about the accident with a capsule containing cesium-137 chloride in Goiania in 1987. Since the analysis focused on the speech conveyed by the print media in major newspapers printed at the time. The research was structured after a literature review about the historical events of the accident, for this part of the work on the methodological procedures that guided the research were provided by the Content Analysis - AC, which in turn is configured in methodology and technique appropriate to the analysis of communication because the content analysis is a research technique that aims to describe objectively, systematically and quantitatively the manifest content of communication. For studies of minority groups, the methodology CA was important because it allowed the deconstruction of the discourse units of analysis and their reconstruction in order to identify the assumptions of discursive emitting nucleus of media messages. In preparation of inferences about the data, they were analyzed theoretically, as units of analysis arising from Critical Discourse Studies, and the perspective of citizenship that emphasizes that this category exists when the individual is able to act without the intervention of others and yet is able to advertise themselves using the discourse, ensuring there for you and others like him from the same shared reality. The context in which this research took place is set in what is called in literature in Peripheral Societies, where the elements you have to build citizenship do not emphasize human factors listed at the beginning, which in turn produces social situations of subordination and building the subcidadão, ie people who are below what one would consider the minimum for the status of citizen was present. Therefore the conclusions drawn from this research go in that is by examining the ability of speech and access to means of production and reproduction discourse that we must seek the prospects for citizenship in the social context that was presented briefly, using the possible theoretical dialogue between the Critical Studies of Discourse Arendt and frames of action and speech, which, one hopes, can discern the consequences of media discourses to construct undercitizenship and naturalization of social injustices and inequalities.

Keywords: Citizenship and discourse. Communication and discourse. Citizenship in Brazil. Analysis of Content. Radiation Accident in Goiania.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escombros do Instituto Goiano de Radioterapia	14
Figura 2 – Casa rua 17-A	15
Figura 3 – Medidor de nível de radiação (cintilômetro)	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modos de vida segundo Aristóteles	39
Quadro 2 – Planejamento das Atividades de Coleta de Dados	65
Quadro 3 – Categorização Final das Unidades de Análise	67
Quadro 4 – Índices Teóricos para Interpretação Referencial	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
O HISTÓRICO DO ACIDENTE RADIATIVO DE GOIÂNIA	14
CAPÍTULO 1	
1 CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA: DELIMITAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS	18
1.1 A CIDADANIA NA PERSPECTIVA DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS	19
1.2 AS DINÂMICAS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO	20
1.2.1 A Representação Linguística no Jornalismo e a Construção do Texto Jornalístico	22
1.2.2 A Dinâmica do Jornalismo Impresso	26
CAPÍTULO 2	
2 A NOÇÃO DE <i>HABITUS</i> E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO	30
2.1 A NOÇÃO DE <i>HABITUS</i>	30
2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADANIA EM SOCIEDADES PERIFÉRICAS: CIDADANIA À “BRASILEIRA”	31
CAPÍTULO 3	
3 A DIMENSÃO DA CONDIÇÃO HUMANA PARA A FORMAÇÃO DE CIDADANIA	38
3.1 MODOS DE VIDA NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA: OS IDEAIS DE <i>VIDA ACTIVA</i>	38
3.2 AÇÃO E DISCURSO: CONDIÇÃO BÁSICA PARA RECONHECER O CIDADÃO	40
CAPÍTULO 4	
4 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO MÉTODO DE ANÁLISE EM CIÊNCIAS SOCIAIS	54
4.1 CATEGORIAS ANALÍTICAS EM ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	54
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
4.1.1 Distribuição Classificatória e a Análise Descritiva	63
4.1.1.1 Operacionalização da Coleta de Dados	64
4.1.1.2 Organização dos Dados por Categorias Analíticas	66
CAPÍTULO 5	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE – ÍNDICE CLASSIFICATÓRIO DAS PUBLICAÇÕES COLETADAS	79
ANEXO – AMOSTRAGEM DE PUBLICAÇÕES COLETADAS	84

INTRODUÇÃO

A oportunidade de pesquisar os acontecimentos sobre o acidente radiativo de Goiânia em 1987 surgiu com a necessidade de tratar tecnicamente a documentação acumulada sobre tal evento efetivada a partir do acordo firmado entre o então Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG – e a Superintendência Leide das Neves Ferreira – SULEIDE, vinculada à Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Aliada a essa oportunidade de tratamento documental havia, concomitantemente, a chance de desenvolver este estudo junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. O desafio se constituiu em analisar a documentação sobre o acidente através de uma perspectiva que privilegiasse a intersecção entre Comunicação, Mídia e Cidadania sem perder de vista as contribuições teóricas para o campo de pesquisa definido pelo Programa de Pós-Graduação e as contribuições para o apoderamento¹ social das vítimas do acidente. Assim, nasceu a idéia de buscar como os discursos veiculados pela mídia impressa sobre o acidente radiativo de Goiânia poderiam ter contribuído para a internalização de injustiças e desigualdades sociais e colaborando para a construção de subcidadanias, fenômeno tão comum em sociedades em vias de desenvolvimento como o Brasil.

Durante os levantamentos bibliográficos necessários à pesquisa foram encontrados diversos trabalhos cujos temas versavam sobre a temática que envolvia o acidente radiativo de Goiânia. Prontamente foram descartados os trabalhos que compõem a imensa bibliografia do acidente na perspectiva das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e da Saúde. Com isso percebeu-se pouca produção nas áreas que envolvem as Ciências Humanas em geral e mais especificamente as Ciências Sociais Aplicadas. Nos resultados de busca sobre trabalhos produzidos nas Ciências Sociais Aplicadas, as temáticas abordadas se basearam nas perspectivas que buscaram respostas para as implicações jurídicas do acidente, como o trabalho de dissertação de Iêda Rubens Costa, intitulada de “O Acidente Radiológico de Goiânia e suas Implicações Legislativas” de 2001. As representações sociais constituídas em torno da energia nuclear foi tema da tese de Elza Guedes Chaves em 1998. Também foram encontrados alguns trabalhos de Iniciação Científica que, mais particularmente, versavam sobre a reinserção social das vítimas do acidente com o Césio 137. Alguns livros foram encontrados, com destaque para “Eu Também sou Vítima” do jornalista Weber Borges;

¹ Termo utilizado por Dijk para definir as situações em que grupos não-dominantes adquirem poder social no embate entre outros setores pela busca de aumento de capital simbólico.

“Goiânia, rua 57: o nuclear na terra do sol” de Fernando Gabeira; e “Memórias de um Repórter”, de Fernando Pinto.

Mais especificamente, essa pesquisa se insere dentro de um quadro social em que se busca ampliar os referenciais de cidadania para além das discussões temáticas que envolvem questões reivindicadas desde os primórdios das lutas pelas ampliações dos direitos humanos. Para tanto, foi buscado referenciais teóricos em Hanna Arendt que apresenta reflexões sobre a condição humana de efetivação da existência do homem através da ação e do discurso. Levando em consideração que a busca pela cidadania envolve questões bem mais amplas como gênero, sexo, questões ambientais, religiosas, questões identitárias, a inclusão pela tecnologia e ainda a busca pelo direito de consumir etc. Ou seja, a partir das influências sociais e culturais na formação do indivíduo, estas reivindicações estão se constituindo em fortes fatores das pautas de grupos que reivindicam demandas específicas. Questões muitas vezes que esbarram em políticas públicas que não estão em consonância com as reivindicações, ou simplesmente não refletem as demandas reivindicadas por tais grupos.

Não se pode esquecer também dos grupos que não estão socialmente organizados e que se encontram sem visibilidade, possuindo reivindicações específicas sem um escopo de demandas facilmente identificáveis. Esses grupos são tão carentes de políticas de atendimento de necessidades básicas ou de atendimentos de necessidades que possibilitem a reinserção social, quanto os grupos que tradicionalmente podem ser vistos em diversos canais midiáticos. A dinâmica social gera, através de seus movimentos, uma série de situações que em muitos casos, colocam uma determinada parcela da população como minoria. Essas minorias invisíveis não recebem dos setores públicos incumbidos da atenção a demandas de setores específicos da sociedade civil, o devido atendimento de suas necessidades.

Diante de tal situação, e acreditando que os meios de comunicação representam os canais que a sociedade dispõe para que se tenha visibilidade, é preciso que estes se constituam em espaços de interlocução e debate sobre as questões que envolvam problemas que prescindem de discussão, (ou problemas que requeiram visibilidade para que se perceba que existam). Contudo, sabendo também que os meios de comunicação que a sociedade dispõe, são meios de produção (e reprodução) discursiva de propriedade privada, justifica-se um trabalho de tal natureza teórica e metodológica pelo fato de ser possível analisar em que medida os meios de comunicação estariam reproduzindo uma lógica excludente, que através da discursividade se reproduziriam discriminação e injustiça social para determinada parcela da sociedade, vitimizadas pelas dinâmicas dessa própria sociedade.

O indivíduo necessita da relação com outros para que a realidade seja compartilhada e é através do discurso e da ação que esse compartilhamento se efetiva. Ao anunciar-se por meio do discurso e iniciando novos processos através da ação, é possível a identificação dos requisitos básicos à constituição da cidadania pelo reconhecimento da condição humana para exercê-la. No Brasil percebemos um desvirtuamento dessa condição, o indivíduo busca caminhar socialmente construindo uma rede de sociabilidades em que as relações pessoais se revelam como o mecanismo principal de construção da realidade. Dessa forma, existem as condições necessárias para a naturalização de ideais de cidadania onde terá mais condições de inclusibilidade aqueles indivíduos que reunirem características concernentes à constituição de um *habitus* social elevado, ficando de fora indivíduos que vivem na precariedade de condições sociais e carentes das características de inclusibilidade mencionadas acima.

O discurso social veiculado diariamente pelos meios de comunicação reflete o *habitus* social a vigorar em sociedades periféricas de modernidade recente, como o Brasil. O problema a nortear essa pesquisa refere-se à busca de um confronto entre a concepção de cidadania veiculada por textos jornalísticos sobre o acidente radiativo de Goiânia e seus desdobramentos a partir de então, de um lado, e de outro as concepções de cidadania construídas a partir de categorias como Ação e Discurso, *Habitus* Social, Acesso Discursivo, a respeito do que pode ser considerado como exercício da cidadania em sociedades periféricas. A intenção foi buscar a presença ou ausência de um modelo de representação da cidadania nas temáticas encontradas, levando-se em consideração os referenciais analítico-crítico-discursivo sobre a apropriação dos resultados da pesquisa por parte dos setores não-dominantes da sociedade.

Os discursos veiculados pela mídia impressa à época do acidente, por não darem voz a um contradiscurso das vítimas, reproduziram discursos hegemônicos de dominação e poder, emitidos por uma maioria detentora dos meios de produção discursiva e simbólica, contribuindo para manutenção de discriminação e injustiça social. O objetivo da pesquisa foi buscar as concepções de cidadania embutidas nos discursos que os meios de comunicação impressa veicularam sobre as vítimas do acidente radiativo em Goiânia nos momentos iniciais do acidente, confrontando em seguida, estas concepções com as concepções delineadas no referencial teórico desenvolvido *a priori*. Assim, foi possível a confirmação ou a negação de que há uma espécie de cidadania em sociedades periféricas, especificamente brasileira, onde o discurso não é do indivíduo, mas daqueles detentores do poder simbólico, que discursam em nome de grupos socialmente não-dominantes.

Foi através da escolha de metodologias que privilegiassem a análise do conteúdo discursivo de jornais é que foi possível verificar os discursos midiáticos feitos por esses canais, visto que a mídia impressa revela uma proximidade considerável com o público a que se destina. Ademais ao fato de constituir em fonte escrita de pesquisas futuras, registrando assim o pensamento coletivo de uma instituição, possibilitando, também, a análise de práticas discursivas desta instituição sobre a sociedade em que está situada e o estudo da relação da instituição com a sociedade a que pertence.

A reprodução discursiva da mídia exerceu forte influência na construção da imagem que o acidente passou a ter. Lembrando que a mídia impressa era a principal formadora de opinião na época, embora as potencialidades do rádio e da televisão também repercutiram, consideravelmente, nas audiências locais. Outra problemática discutida esteve centrada na relação entre a imagem negativa causada pelo preconceito, o discurso midiático e pela falta de informação e suas consequências, sobretudo as de ordem econômica.

A responsabilidade dos meios de comunicação como veículos de disseminação de informação na promoção da cidadania foi pensado a partir da idéia de existência de um espaço midiático que garantiria a inclusão e a participação do indivíduo. No entanto, a partir de leituras que privilegiaram temáticas como cidadanias, minorias e mídia; a função da mídia como instrumento de voz para os cidadãos, percebeu-se um desvirtuamento da função que a mídia, a princípio, deveria ter em relação à visibilidade e voz de determinados grupos. A reprodução discursiva da mídia não possibilitou o contradiscurso das vítimas, isolando as pessoas diretamente envolvidas. O discurso que a mídia reproduziu pôde ser visto como o discurso dos que contaram a história, silenciando um grupo que, a partir do acontecido, perderam todos os seus referenciais de vida, tendo os seus bens materiais e imateriais retirados de suas posses, não se inserindo socialmente, porém, sendo conhecidas pelo imaginário social como “vítimas do Césio”.

O HISTÓRICO DO ACIDENTE RADIATIVO DE GOIÂNIA

O desenrolar dos fatos referentes ao acidente com o Césio-137 podem ser descritos em linhas gerais a partir do dia 13 de setembro de 1987, quando Roberto Santos Alves e Wagner Mota retiraram uma cápsula de chumbo que continha cloreto de césio de um aparelho de radioterapia abandonado, no antigo Instituto Goiano de Radioterapia (*fig.1*) situado na Avenida Paranaíba, local onde mais tarde tornou-se o Centro de Cultura e Convenções de Goiânia.



Figura 1 - Escombros do Instituto Goiano de Radioterapia

Neste mesmo dia, a cápsula com cloreto de césio foi aberta no quintal da casa onde ambos moravam, e em 18 de setembro de 1987 a peça foi vendida (o chumbo e a fonte), a um ferro-velho situado à Rua 57 n°. 68 em Goiânia, de propriedade de Devair Alves Ferreira e Ivo Alves Ferreira. Ao ser violada a cápsula perdeu aproximadamente 90% do seu conteúdo, cuja fonte era o césio em pó, espalhando-se num pequeno pedaço de tapete colocado sobre o chão, à sombra de duas mangueiras. Parte do material ficou no recipiente que mais tarde foi levado para outro local. Atraídos pela luminescência do césio, adultos e crianças o manipularam e distribuíram entre parentes e amigos. O “pó venenoso” sem cheiro, sem temperatura, aparentemente inofensivo, foi manuseado pelas pessoas que o deixavam por onde passavam suas mãos, seus pés ou onde se sentavam. Foi até mesmo distribuído em vidrinhos para ser levado para casa, colocando-os no bolso, esfregado o pó pelo corpo. Em

suas casas, foi varrido para debaixo de armários, para a cozinha, para o quintal, enfim, por toda parte, sendo também, lavado pela chuva e carregado pelo vento. O dono do ferro velho, Devair, presenteou sua sobrinha, Leide das Neves Ferreira, de seis anos de idade, com uma porção do pó cintilante. A menina inocentemente espalhou-o pelo corpo e ao alimentar-se com as mãos sujas do misterioso pó, inconscientemente ingeriu o céσιο. Outras fatalidades se deram quando um dos companheiros de Devair esfregou o pozinho na pele para sentir o brilho no próprio corpo e o outro guardou um pouco no bolso, pegou um ônibus e foi para casa onde enfeitou a geladeira com uma parte e guardou o restante embaixo da cama para ver o brilho fascinante durante a noite. Este complexo encadeamento de fatos resultou na contaminação de três depósitos de ferro-velho, um quintal, uma repartição pública, diversas residências e locais públicos, situados: Rua 57, nº. 68; Rua 63, nº. 19, fundos; Rua 26-A e Rua 15 [ferro-velho I - Devair]; Rua 6, quadra Q, lote 18 [ferro-velho II - Ivo]; rua P 19, lote 4 [ferro-velho III - Joaquim]; rua 17-A, quadra 70 A, lote 26 B; rua 16-A nº. 792 [Vigilância Sanitária].



Figura 2 - Casa Rua 17-A

Os primeiros sintomas da contaminação - náuseas, vômitos, tonturas, diarreia - apareceram algumas horas após o primeiro contato com o material. As pessoas procuravam farmácias e hospitais e eram medicadas como vítimas de alguma doença infecto-contagiosa. Somente em 29 de setembro, um dia após a esposa e um empregado de Devair terem levado parte do aparelho para a sede da Coordenadoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde, aqueles sinais foram identificados como característicos da síndrome da radiação, em que vários casos já apresentando radiodermites em partes do corpo. Alguns pacientes foram

recebidos pelo Hospital de Doenças Tropicais de Goiânia – HDT. Nesta ocasião, um dos médicos consultou a Secretaria de Saúde de Goiás para maiores esclarecimentos. Coube, então, ao físico Walter Mendes Ferreira, funcionário desta secretaria, verificar o ocorrido. Mendes recebeu da agência local da NUCLEBRÁS um *cintilômetro* (fig.3) e, de posse deste instrumento, foi até a sede da Vigilância Sanitária, onde encontrava-se a peça da cápsula, para fazer a medição que confirmou a hipótese do acidente radiativo.



Figura 3 - Medidor de nível de radiação (cintilômetro)

Após a descoberta do fato foram monitoradas 112.800 pessoas, dentre as quais 249 apresentaram significativa contaminação interna e/ou externa. Deste quantitativo, concluiu-se que em 120 a contaminação era apenas em roupas e calçados, sendo as mesmas liberadas após a descontaminação. As 129 restantes que constituíam o grupo com contaminação interna e/ou externa passaram a receber acompanhamento médico regular. Destes, 79 pacientes com contaminação externa receberam tratamento ambulatorial. De 50 outras vítimas com contaminação interna, 30 foram assistidas em albergues em semi-isolamento. Os 20 restantes foram encaminhados ao Hospital Geral de Goiânia. Destes últimos, 14 em estado grave foram transferidos para o Hospital Naval Marcílio Dias no Rio de Janeiro, onde quatro deles vieram a óbito, 8 desenvolveram a Síndrome Aguda da Radiação, apresentando falência da medula óssea, e 1 sofreu amputação do antebraço. No total, 28 pessoas desenvolveram, em maior ou menor intensidade, a Síndrome Cutânea da Radiação ou radiodermites. Os casos de óbito ocorreram cerca de 4 a 5 semanas após a exposição ao material radioativo devido a

complicações esperadas da Síndrome Aguda da Radiação, hemorragia e infecção generalizada.²

² Dados retirados integralmente de relatório elaborado pela Superintendência Leide das Neves Ferreira. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_254_historiadooacident.pdf

CAPÍTULO 1

1 CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA: DELIMITAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS

O embrião do que podemos chamar hoje de Cidadania teve início com a origem da vida em cidades na Antiguidade Clássica, quando o homem passou a exercer funções que hoje entenderíamos como funções do Estado Moderno e usufruir de direitos que antes não eram reconhecidos por seus semelhantes e não compreendidos como o melhor caminho para a convivência mútua. A vida na polis era constituída pela Esfera Privada de relações de parentesco e servidão, e pela Esfera Pública, relativa à atuação dos homens livres e a sua responsabilidade jurídica e administrativa dos negócios públicos (MANZINE-COVRE, 2006). Porém, o que os homens das antigas Cidades-Estado da Grécia entendiam como democracia é eminentemente diferente da concepção de democracia que compreendemos hoje. Isto que a democracia grega era restrita, incluindo apenas os homens livres, proprietários que encarnavam o déspota doméstico, senhor sobre a vida e a morte de seus familiares e servos, ficando de fora, portanto, da cidadania mulheres, crianças e escravos.

Entre os séculos V e o século XIII, durante a Idade Média, os conceitos de Público e Privado não foram claramente definidos, pois o poder que anteriormente pertencia ao cidadão passa a ser apresentado perante o homem “comum”, o camponês, pelo senhor feudal, em uma atitude de dominação e superioridade (HABERMAS, 2003). Ainda historicizando a partir das afirmações sobre os desdobramentos da cidadania de Manzine-Covre (2006, p. 17), percebe-se que “foi só com o desenvolvimento da sociedade capitalista e com a longa ascensão da burguesia em luta contra o feudalismo, que se retorna ao exercício da cidadania”. É justamente nesse contexto de conflitos sociais que surge o que compreendemos como reivindicação por um estado democrático de direito.

Portanto, a trajetória histórica do conceito de cidadania pode ser inicialmente demarcada a partir da origem latina da palavra – *civitatis*, que significa aquele que habita a cidade. Na Grécia antiga alguns poucos indivíduos reuniam qualidades mínimas para serem enquadrados como cidadãos. Na concepção aristotélica, o cidadão era aquele que participava da “coisa pública”, exercendo funções que modernamente pertencem ao Estado. Porém, durante vários séculos esse perfil de *Homo politicus* ficou suplantado pelo perfil de *Homo credens*: aquele no qual o julgamento ativo foi substituído pela autoridade representada pelas divindades. Enfim, o processo que permitiu o aparecimento da moderna concepção de cidadania passou pela *Bill of Rights*, inglesa de 1698, a Declaração dos Direitos do Homem e

do Cidadão, francesa de 1789 e o desenvolvimento histórico do capitalismo (LIMA, 2006, p. 11). Mencionando também, dentro desta contextualização, a importância do estabelecimento do Estado de Direito e das políticas de *Welfare State*, das lutas operárias contra a exploração capitalista do final do século XIX e da emergência dos movimentos sociais da década de 1960, reivindicatórios de novas demandas políticas, sociais e culturais (MANZINE-COVRE, 2006; PINSKI & PINSKI, 2003).

1.1 A CIDADANIA NA PERSPECTIVA DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS

De início, em sociedades primitivas, tinha-se o direito carismático revelado pelos mitos e pelos deuses fundadores como forma de regulação da sociabilidade entre os homens. Com a passagem para o direito tradicional, as normas passam a ser dadas pela tradição, passadas então de geração para geração. Em seguida, o Direito Tradicional introduz o Direito Moderno, baseado em princípios, leis e especialização da justiça. O consenso racional da modernidade é operado pelo Direito Natural e baseado no contrato social de Rousseau (VIEIRA, 1997).

Direitos inatos, estado de natureza e contrato social são as características básicas que permitiram a fundação da noção moderna de Direito e Estado. O direito perde seu caráter individualista e de prática social e deixa de ser fruto da Razão, passando a ser fruto da História, um construto estatal, instrumento de gestão governamental. Assim, a igualdade não pode ser concedida como uma categoria concreta através de poder que hierarquiza a sociedade, mas construída pelos homens através da ação individual e coletiva. Com a criação do Estado de Direito, os direitos do indivíduo não serão somente público, ou somente privado, mas público e privado.

A tendência moderna parece caminhar no sentido de se combinar os direitos individuais (direitos civis) com as obrigações para com o Estado (deveres cívicos). Torna-se mais claro a cada dia a percepção de que uma cidadania plena seja possível a partir do equilíbrio do âmbito público e do âmbito privado. Neste contexto, civilidade pode ser entendida como a capacidade que o indivíduo teria para compreender sua autoconsciência coletiva superior à sua autoconsciência individual (VIEIRA, 1997).

A igualdade dos cidadãos e o acesso ao poder, através da participação na “coisa pública”, são os dois elementos que irão caracterizar a cidadania moderna em relação à cidadania antiga. No entanto, a cidadania moderna enfrentou três problemas para sua construção, sendo o primeiro relacionado a: edificação do Estado, a separação das instituições políticas e da sociedade civil no interior do território; o segundo refere-se ao regime de

governo em que o ideal republicano retomado pelo renascimento é inseparável da isonomia e da igualdade; o terceiro é que a sociedade pagã, politeísta e escravagista da antiguidade nunca inscreveu o homem no direito, o que gerou um legado de dificuldades de compreensão de direitos humanos. A proposta de autogestão difundida por Rousseau através do Contrato Social pregava que a soberania deveria passar das mãos dos monarcas para as mãos do povo, ou seja, deveria prevalecer a vontade geral, no entanto, a vontade geral não representou. Porém, houve algumas dificuldades de implantação do modelo de autogestão defendido por Rousseau, dentre eles o problema relativo ao tamanho das repúblicas modernas, dificultando assim a participação direta no poder pelo cidadão, como solução foi proposto que o poder se legitimaria pelo sufrágio universal (VIEIRA, 1997).

Por fim, só é possível compreender cidadania em regimes democráticos. Uma sociedade democrática considera como condição à existência de cidadania a necessidade do conflito de interesses particulares, a possibilidade de organização dos indivíduos em instituições de reivindicação e, sobretudo, eleva estas condições à categoria de direitos universais. Tais condições são essenciais à inclusão dos indivíduos, pois assegura que, por meio do conflito todos os indivíduos tenham condições de participarem da vida ativa³.

1.2 AS DINÂMICAS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO

O público que, inicialmente tinha na mídia função de visibilidade de opiniões, tornou-se na modernidade audiência, ou seja, indivíduos isolados e com hábitos consumistas e acrícos. As mídias modernas representaram um importante pré-requisito à constituição democrática no início das modernas sociedades, porém, hoje, tais mídias estão fortemente vinculadas ao setor comercial e cada vez mais atuam em escala global. As mídias modernas são responsáveis pela criação de demandas de consumo que elas próprias se encarregam de atender, demandas comerciais em essência. Aliado a esse fato está a desvinculação espacial com setores de atuação democrática, sendo conduzida por interesses meramente comerciais.

Mesmo com a diferença que há entre as diversas mídias, o modelo que ora vigora destoa dos modelos de democracia e comunicação herdados do período inicial da modernidade, em larga medida pelo fato de que a mídia tornou-se uma instituição de força política autônoma.

Comunicações democráticas não têm relações diretas com espetáculos midiáticos, independentemente do nome que venham a ter - noticiários, debates públicos etc. Nessa

³ Idem.

situação não se tem uma relação dialógica entre atores que buscariam através do debate o consenso de idéias, mas disputas espetaculares diante de espectadores, em um contexto teatralizado, como um palco. O sistema de visibilidade das celebridades da política pode resultar não somente em desempenho performático, mas percebe-se também a presença do escândalo político. Os *media panics* são os fenômenos sintomáticos mais típicos das sociedades midiaticizadas e das relações tensas que pode haver entre política e mídia. Tal fenômeno não é recente, descendendo de contextos sociais que antecedem as sociedades de massa e estes ainda podem ser sentidos hoje, quando grupos “marginais” se organizam ou tomam as ruas (EKECRANTZ, 2006).

A cada forma de democracia – deliberativa, representativa, cosmopolita etc. – corresponde-se a uma forma específica de comunicação. A metáfora de ágora ateniense como ideal democrático e de comunicação não representa, em totalidade, o cenário da política moderna. Devido às formas e formatos da mídia nos contextos modernos de comunicação e informação, a metáfora que melhor se enquadra às tensões entre política, mídia e públicos é a metáfora do teatro, com tudo que esta implica. Usando de conceitos habermasianos, passamos do campo da ação comunicativa para o campo da ação dramática. Relações sociais e de poder são representados nas modernas sociedades através da relação entre o palco da mídia e a platéia, que são partes constituintes do teatro que compõem o espetáculo das sociedades midiaticizadas. Na sociedade do espetáculo vive-se a ditadura da mercadoria, resguardada pelo Estado e seu aparato repressor (EKECRANTZ, 2006).

Espectáculo e espetacular compartilham do objetivo de se ter audiência, contudo não se referem à mesma coisa. O espetáculo raramente existe sem os canais midiáticos, tratando-se, sobremaneira, de eventos midiáticos. O espetacular refere-se a uma qualidade dos produtos midiáticos. Uma interpretação dos eventos políticos e culturais como midiaticizados, nos leva a perceber que cada vez mais o espetacularizado e o carnavalesco ocorrem dentro da mídia, e que também, cada vez mais dependem de uma ampla cobertura de mídia. Geralmente ocorre coincidência entre mídia dominante e espetáculo e mídia alternativa e carnaval. A previsibilidade da mídia dominante é uma característica definidora deste tipo de mídia, e uma área que merece atenção e estudo, segundo Ekecrantz (2006) é a dialética entre discurso dominante e contradiscurso na mídia.

Uma característica típica de colisões culturais é o fato de que o jornalismo midiaticizado retira do protesto social toda sua forma contestatória e subversiva da ordem vigente, transformando-o em eventos sem importância, contudo, não os deixando sem caráter espetacular. As formas que o espetáculo pode adquirir tem muito mais a ver com produção de

visibilidade do que com comunicação e reflexão. Carnaval e espetáculo são duas novas formas de ação política midiáticas. Na mídia e nas ruas, política também é desempenho e performance (EKECRANTZ, 2006).

O poder político pode se deparar com situações caracterizadas por insatisfações através de manifestações passivas, indiferenças ou manifestações de contramobilizações, dentro ou fora da mídia, ou ainda, tais manifestações podem ocorrer em ambos os espaços. Em qualquer situação dessas a mídia já não atua como mediadora entre os diversos campos em disputa, mas exerce papel de ator social, com os mesmos poderes simbólicos e autonomia que os setores políticos e a sociedade civil⁴. Diante dos contextos em que vemos um entrelaçamento cada vez maior entre comunicação, política e públicos, percebe-se que qualquer crítica política e social que se venha fazer, deve-se necessariamente levar em conta também elementos de crítica de mídia e elementos de crítica cultural⁵.

1.2.1 A Representação Linguística no Jornalismo e a Construção do Texto Jornalístico

A representação linguística no jornalismo ocorre através de uma forma-notícia onde a estrutura textual requer certas características que o definem como tal. Dentre as características definidoras da singularidade da representação linguística do texto jornalístico estão a estrutura textual, o contexto social de espaço público mediador de significados sociais e culturais em circulação e outros que serão vistos a seguir. O primeiro passo na construção do discurso jornalístico é o reconhecimento do valor de noticiabilidade do fato que é percebido pela ruptura causada na normalidade do cotidiano, o estranhamento que este pode causar na dinâmica social. A notícia assim produzida será divulgada no circuito dos meios de comunicação, possibilitando aos receptores uma nova interpretação dos fatos, a partir de seus contextos pessoais e na interação com outros receptores.

A representação textual de um acontecimento dado através do texto da notícia acontece em três instâncias interdependentes: **plano da expressão** – é onde a discursividade acontece, aparecendo nesse plano as estratégias de argumentação e os enunciados comunicativos – **plano da história ou do conteúdo** – é o plano onde se encontram os fatos sociais propriamente ditos, é todo enredo e seus respectivos personagens – **plano da metanarrativa** – é o plano que recebe as análises macro dos contextos sociais, aqui os estudos concentram-se em compreender as dinâmicas determinantes dos comportamentos coletivos e o enraizamento de práticas no imaginário social (MOTA, 2006).

⁴ (*op. cit.*).

⁵ (*op. cit.*).

Para nossa compreensão, interessante será a análise do plano da expressão, que se divide em duas formas distintas de significação: a imagética e a verbal, sendo representações que utilizam signos icônicos (imagens impressas ou materiais filmados) e simbólicos (as palavras). O discurso jornalístico veiculado pelo texto notícia constitui a construção da imagem a que faz referência, ao mesmo tempo em que é construído por essas imagens, assim, a dialética entre referente e texto é considerada atividade discursiva. A construção da realidade não acontece somente com atividades de nomeação, mas também na relação que se estabelece entre indivíduos e o mundo que o cerca e entre indivíduos, a partir de interações sociais e apreensão da realidade através dos sentidos em um constante exercício de reelaboração cognoscente. O texto notícia, a partir do momento em que possibilita a organização lógica dos acontecimentos, produz um sentido dominante, se caracterizando por receber do receptor uma legitimidade de versão oficial da realidade (MOTA, 2006).

A imagem, mesmo recebendo um texto “narrado em *off*”, tem uma carga interpretativa maior que a palavra, permitindo leituras diversas e interpretações distintas daquelas intencionadas pelo pólo emissor da notícia. A primeira mensagem fornecida pela imagem se refere a um conteúdo técnico que a constitui. Após essa primeira identificação que ocorre através de um suporte lingüístico, as outras referências identificadas pelo receptor serão de cunho cultural, derivadas da percepção do indivíduo e comparadas com as referências de realidade que estes têm na mente. O texto, ao fixar os significados, fornece um entendimento cristalizado da imagem, induzindo o espectador a significados dominantes, controlando a polissemia que a imagem permitiria inicialmente.

A estrutura do texto jornalístico, em larga medida, é o que distingue sua discursividade. Sua estrutura é marcada pela descritividade dos fatos e a marcação temporal através de expressões como “hoje”, “agora há pouco”, “nos próximos dias”; o uso de frases curtas, ordem direta das frases, uso contínuo da voz ativa dos verbos, texto narrado em terceira pessoa, os fatos apesar de narrados pelo repórter, passam através de sua pessoa. Outras características do texto jornalístico são de que se trata de um texto escrito com objetivo de ser falado, misturando características de ambos os padrões e também se trata de uma intensa repetição informativa como estratégia de compreensão. Para que o seu leitor não perca a continuidade da narração dos fatos, o texto jornalístico faz constantes retrospectivas dos fatos noticiados, ressitando os indivíduos de acordo com a realidade e a dinâmica das interações sociais.

A natureza polêmica do discurso jornalístico marca mais uma de suas características. Por causar ruptura e estranheza na dinâmica social do cotidiano, a notícia requer a

apresentação de sua natureza polêmica, trazendo à realidade do receptor, elementos de sentidos que, a princípio, não fazem parte de seu cotidiano. Carregados de novidades tais elementos provocam no receptor um efeito de complementação de sentidos, deixando-o com a sensação de que está próximo dos fatos e informado sobre eles, tudo isso sem sair de casa. Outra questão não menos importante é que ao traduzir o vocabulário oficial das diversas instâncias da sociedade, para um idioma público – idioma dos públicos, o jornalismo midiático descaracteriza os reais significados discursivos que permeiam a sociedade, nivelando-os à mais baixa complexidade possível (MOTA, 2006).

Imagem e texto no jornalismo se integram para a construção de efeitos de real e de sentido, e não, como deveria acontecer, para a construção da realidade factual, sabendo, ainda, da impossibilidade de se construir uma realidade efetivamente real através dos canais midiáticos. Os recortes de realidade são tomados como a realidade total, assim, os espectadores percebem fragmentos de realidades como realidades que falam por si, reinterpretando o mundo a partir de descontinuidades factuais os indivíduos não percebem como de fato este se compõe, tendo, por sua vez, uma visão da realidade parcial e fragmentária.

Os canais midiáticos nos dão a impressão de recebermos diariamente em nossas casas os fatos mais importantes do dia de forma condensada. Apresentados solenemente e em tom de seriedade, notícias diversas sobre acontecimentos também diversos são intercaladas com imagens e mapas de localidades nacionais e internacionais⁶. Ao divulgar fatos e acontecimentos, os meios de comunicação os apresentam de forma espetacularizada, expondo-os como eventos sociais e midiáticos. Mesmo não cessando a possibilidade de mostrar fatos sociais verdadeiros, os meios de comunicação o faz descaracterizando todo conteúdo crítico que esses acontecimentos poderiam ter. Porém, essas descaracterizações não são feitas deliberadamente, formal e direta, mas no momento da apresentação das notícias. Todo aparato preparado para apresentar os fatos sociais através de notícias acaba por neutralizar o conteúdo crítico destas⁷.

É na apresentação das manchetes e no desenrolar do telejornal e da sumarização de periódicos diários e semanais que é possível perceber a saturação de notícias. As matérias jornalísticas são apresentadas uma após a outra, sem conectividade lógica entre elas e sem deixar espaços para que o público em geral reflita a respeito do que assiste ou lê, assim se tem

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*

a falsa sensação de estar informado, causando em verdade nas pessoas apenas um efeito de sentido.

Dentre os diversos mecanismos de produção da notícia, segundo Marcondes Filho (1988), existe a *Fragmentação*, nesse mecanismo a realidade social é recortada e apresentada como fato isolado, adquirindo autonomia de sentido e se constituindo em realidade oficializada pelos meios de comunicação. A *Personificação* é outro mecanismo de produção de notícia, e assim, também produção de sentido. Aqui uma única pessoa recebe a responsabilidade por um fato, quando na verdade o fato é produto de um sistema maior de relações, que engloba em alguns casos toda a sociedade⁸. Há ainda a possibilidade de se utilizar de recursos técnicos e ideológicos com a finalidade de alterar ainda mais a realidade, como exemplo tem-se o instrumental técnico-teórico que caracteriza a estrutura textual da representação jornalística. Esses recursos técnicos funcionam como elementos que, em larga medida, caracterizam e personalizam o veículo de comunicação. Por fim, tem-se o mecanismo de *Saturação*, que é a ação maciça dos meios de comunicação, com objetivos de criar sentimentos comuns nos públicos e determinados climas de opinião⁹.

O trabalho dos meios de comunicação de uma maneira geral acaba por ser o de recortar fatos da realidade e recriar uma nova realidade a partir de elementos dela própria. Um exemplo é que “o telejornal só extrai dos fatos a parte que lhe interessa”¹⁰. Nota-se que a função da mídia comercial é, a partir de interesses e ideologias da empresa de comunicação, mascarar os fatos e, às vezes, até omiti-los, reproduzindo dessa forma a concepção institucional da realidade social e política. Como resultado – ou conseqüência – tem-se a criação de um imaginário social onde a coletividade e a identidade nacional são exatamente aquelas veiculadas pelos canais midiáticos.

Uma das principais intenções da mídia televisiva ao não romper com a passividade do telespectador é de mantê-lo feliz e satisfeito com a situação que o cerca. “Utilizamos a TV para reforçar nosso ego, pois a realidade social o deixa frágil” (MARCONDES FILHO, 1988, p.?). A TV e mais propriamente o telejornal, neutralizam os fatos sociais desconectando-os da seqüência de ações da dinâmica social, o resultado esperado é a suavização do cotidiano social, gerando no indivíduo a sensação de tranqüilidade e de controle da sociedade. No telejornal as noções de positividade e negatividade são utilizadas como situações de expectativa para o telespectador. Para criar a sensação de ansiedade, alternam-se toda

⁸ Idem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ *Op. cit.*

uma carga negativa de fatos violentos, guerras, desastres com momentos de prazer e satisfação. Portanto, o negativo é utilizado para criar a angústia pela espera do momento de fruição e prazer.

1.2.2 A Dinâmica do Jornalismo Impresso

A dinâmica do jornalismo impresso, no entanto, é um pouco diferente da dinâmica do telejornalismo que até então vinha sendo abordado. A relação estabelecida entre a produção da notícia impressa e o público de leitores é dependente da língua e as diversas formações a que estão expostos o sujeito jornalista e o leitor. Assim,

quando os leitores em geral abrem um jornal, uma revista ou qualquer grande periódico para decifrar códigos, signos e se alimentarem de informações que o tornem um ser cultural, não podem imaginar o que por detrás de cada vírgula, de cada fato, de cada manchete dos intertítulos, de cada palavra. [...] O que é o jornalismo senão “reinvenção das coisas do mundo, através do mosaico lexical significado e re-significado proposital e inconscientemente; senão as representações materializadas de forma ordenadamente ordenadas na desordem dos fatos, dos acontecimentos, do real (CERQUEIRA; LUCENA, 2005, p. 108).

No início de sua formação no Brasil, a imprensa foi constituída pela classe dominante da sociedade detentora de recursos materiais e simbólicos, mantenedora de ideologias. A evolução técnica e instrumental da produção da imprensa não foi acompanhada de uma evolução da linguagem jornalística. O texto jornalístico de então não promovia reflexão sobre a realidade social da época, visto que a construção da informação veiculada nos jornais em nada contribuía para a compreensão social dos indivíduos. Este panorama contextual começou a mudar a partir do momento que o jornalismo assumiu postura de produtor de bens simbólicos. Como prestador de serviços à sociedade, o jornalismo faz da produção da informação uma fonte de lucro. Neste sentido, essa concepção torna-se mais forte quando, na postura de ser o reflexo das angústias, desejos e necessidades sociais e na sistematização de uma linguagem neutra, propõe-se uma desvinculação entre discurso social através do discurso jornalístico e o discurso da classe dominante por meio do uso de materiais simbólicos de dominação social (CERQUEIRA; LUCENA, 2005).

Havia de início a crença de que a técnica, como um cálculo matemático, asseguraria que “a mercadoria vendida não atendesse a interesses particulares e forçadamente [...] mantivesse a objetividade” (Id.) em oposição à subjetividade na notícia. A técnica seria então um método para evitar a influência de fatores externos na produção da notícia e meio para

definir o que era publicação dos fatos sociais e o que era opinião dos produtores da informação. Como consequência, há o destaque para as categorias informativas e opinativas na produção jornalística a partir da década de 1950.

E assim o é até hoje. A imprensa e o jornalismo de forma geral se calcaram nas técnicas de construção da notícia para estabelecer verdades sociais. Os gêneros notícia, reportagem, artigos, notas, editoriais, opinião ilustrada são as formas que moldam para o público essa mercadoria. É através dela que os leitores, espectadores e ouvintes são aludidos a perceber que este espaço é destinado ao relato e a informação imparcial e neutra e aquele é resguardado à determinada opinião de um ou de um grupo (CERQUEIRA; LUCENA, 2005, p. 110).

Antes de se constituir como tal, expressando-se a partir de suas características primeiras, o jornalismo é um produto da língua. De um lado tem-se o articulador da informação, que seleciona fatos a serem publicados; de outro lado, tem-se o leitor com suas expectativas de preenchimento de sua realidade descontínua com informações factuais e contextuais. Nesse entremeio, há a língua que, mais do que um conjunto de signos, é um produto das relações entre o EU e o OUTRO e essa relação com a realidade. O discurso jornalístico não se esgota no fato social noticiado, mas é ponto de partida para a reafirmação de um discurso que antecede o discurso jornalístico, permeado de formações sociais específicas que reforçam ideologias ou, no mínimo, mantém silêncios, revelando as crenças do sujeito jornalista.

A compreensão do discurso midiático impresso requer, de antemão, a compreensão das regras de formação discursiva e as regras de formação ideológica. A formação discursiva acontece a partir do momento em que o sujeito torna-se sujeito jornalista, com a efetivação das regras necessárias a essa formação, isto é, o capital intelectual que vai diferir o sujeito espectador do sujeito jornalista e as suas respectivas “condições de exercício de enunciação” (id.). A partir do estabelecimento de uma formação discursiva específica, tem-se um quadro contextual propício à formação ideológica. “É no discurso emoldurado pelas formações discursivas que se materializam as formações ideológicas e, conseguinte, a identidade do sujeito jornalista e suas diferentes posições”¹¹.

Em comunicação, sujeito e sentido estão submetidos às formações discursivas e ideológicas. Por isso, é possível ver o discurso jornalístico através da Análise do Discurso, e mais, é possível crer nas representações do real e que esse real é composto de significações e formações de um sujeito autor. Porém, autor e leitor possuem um elemento em comum fundamental para o estabelecimento das condições de aceitabilidade do dizer: “a memória social”. É através desta memória que os “discursos são reconhecidos, ressignificados,

¹¹ Ibidem.

cruzados e silenciados” (CERQUEIRA; LUCENA, 2005, p. 110). As mídias externalizam a memória dos indivíduos e assim passa a ser construtora e legitimadora da memória social. Na construção do real, o sujeito jornalista está preso a uma ordem, que se dá na produção final deste sujeito, ou seja, no discurso. O jornalismo não só reinventa o real através das formas específicas de produção midiática. Mais que isso, ele cruza os caminhos pré-estabelecido por essa ordem e é assim que o real é representado nas páginas dos jornais impressos e é assim que o sujeito jornalista produz sua discursividade.

Com a ilusão de ser possuidor do ato, institucionalmente habilitado para tal função e credenciado socialmente para o cargo, o sujeito jornalista o faz através de recursos verbais e não-verbais que são utilizados para reproduzir outros dizeres e produzir sentidos. Ele utiliza a linguagem para explicitar as formações ideológicas, mantendo-as através de seu discurso que nutre uma íntima relação com os processos sócio-histórico-ideológicos (CERQUEIRA; LUCENA, 2005, p. 111).

Não como sujeito autônomo, mas assujeitado pela instituição à qual presta serviço, o sujeito jornalista reúne discursos dispersos na realidade social, promovendo desta forma um efeito de sentido discursivo, colocando o discurso jornalístico em um enquadre onde as formas de produção lhe dão um novo sentido. Para realização desta ação, o sujeito jornalista lança mão de várias formações discursivas e ideológicas para que o dizer se torne real¹².

Entretanto, os MCM não são vistos apenas como desagregadores de possíveis estabilidades sociais, existem pesquisadores que afirmam pontos positivos à expansão dos meios de comunicação e informação. A grande oportunidade de fato trazida pelos Meios de Comunicação de Massa – MCM – foi no sentido de implicação de maior participação de camadas populacionais em esferas de informação e comunicação (THOMPSON, 2005). Maior acessibilidade e participação requerem dos que exercem o poder maior sofisticação de formas de dominação. Maior acessibilidade e participação geram novas formas de reinterpretar as mensagens recebidas e isso causa preocupação nos que exercem o poder, pois se tem a falsa sensação de necessidades de controle no sentido de conter determinadas mensagens que poderiam “comprometer” a educação das crianças ou da população em geral. A partir do momento que os MCM possibilitaram a visibilidade dos eventos públicos e privados, através da interação mediada, principalmente pela televisão e pelos jornais impressos cada vez mais difundidos, a participação em tais eventos deixou de prescindir de um local comum de participação.

¹² Op. cit.

Para alguns analistas, os MCM selaram as possibilidades de ressurgimento de uma esfera pública, pois individualizam as pessoas e despejam quantidades grandes de mensagens em suas casas através de diversos canais midiáticos. No entanto, esses mesmos analistas não levam em conta as possibilidades de reelaboração e reinterpretação por parte do pólo de recepção. Pelo fato de que os MCM sejam unidirecionais nas emissões e que as possibilidades de participação sejam limitadas, isso não leva a crer que os indivíduos não tenham controle sobre o processo comunicativo no âmbito da recepção.

Os MCM romperam com o modelo clássico de espaço público, que pressupunha a participação individual em um espaço físico, numa relação dialógica entre os indivíduos, utilizando da razão para se chegar ao entendimento entre os cidadãos sobre os melhores caminhos para a comunidade em geral (HABERMAS, 1984). Ao mediar as relações públicas e privadas, os MCM mudaram essencialmente a publicidade, passando a trazer para o âmbito privado as experiências dos eventos públicos, gerando novas formas de sociabilidades. Os MCM proporcionaram novas formas de experiência política institucionalizada. Os líderes políticos adquirem uma nova visibilidade ampliada e mediada tecnicamente, laços de lealdade e afeto são construídos e desfeitos e o público para o qual os líderes se apresentam estão mais distantes no tempo e no espaço. Tais líderes procuram criar e manter uma base de apoio para seu poder e suas políticas, através do controle da sua auto-representação utilizando como ferramenta o gerenciamento da visibilidade que eles possuem dentro da arena mediada da política moderna. A visibilidade trazida pelos MCM traz consigo a possibilidade de um escrutínio global. Superexpostos, líderes estão cada vez mais sujeitos a críticas. Ações mal interpretadas, descontrole emocional e exposição da vida privada são apenas alguns exemplos que podem ocasionar perda de legitimidade e autoridade por parte da classe política institucionalizada. Portanto, a visibilidade criada pelos MCM tornou-se um perigoso instrumento, pois pode ser manipulada continuamente, mas não pode ser controlada totalmente.

¹³ Op. cit.

CAPÍTULO 2

2 A NOÇÃO DE *HABITUS* E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO**2.1 A NOÇÃO DE *HABITUS***

O conceito de *habitus* situa-se como a instância de mediação entre os fatores condicionantes da vida social e as subjetividades concernentes aos indivíduos. O *habitus* funcionaria desta forma como uma noção que nos autoriza a pensá-lo como um sistema de orientação social, que transita do consciente ao inconsciente funcionando como “uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas” (p. 61).

O conceito de *habitus* tem uma longa história nas ciências humanas [...]. Palavra latina utilizada pela tradição escolástica, traduz a noção grega *hexis* utilizada por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Bem mais tarde também foi utilizada por Émile Durkheim, no livro *A Evolução Pedagógica* (1995), adquirindo sentido semelhante, mas bem mais explícito. Ou seja, Durkheim faz uso do conceito para designar um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo, que orienta suas ações de forma durável (DUBAR, 2000; BOURDIEU, 1983; LAHIRE, 1999 apud SETTON, 2002, p. 61).

Comentando o conceito de *habitus* utilizado por Panofsky, Bourdieu (apud SETTON, 2002) entende que a cultura funciona como um conjunto de esquemas enraizados que possibilitam dinamizar as ações individuais. Contudo, essas possibilidades de dinamização devem ser entendidas como particularizadas a cada situação social individualmente. O conceito de *habitus* é necessário pelo fato de auxiliar a compreensão das relações existentes entre os condicionantes sociais na possível determinação dos comportamentos dos agentes sociais. A proposta do conceito de *habitus* é a identificação da mediação entre indivíduo e sociedade. Nesse caso, compreende-se o *habitus* como um conceito que busca a conciliação entre as subjetividades dos indivíduos e o mundo objetivo das realidades simbólicas. Mediando este diálogo de trocas, o conceito de *habitus* se estabeleceu como um esquema de disposições estruturadas no nível social e nos níveis mentais. “Dessa forma deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam.”¹⁴ A condição para a compreensão do conceito de *habitus* se estabelece justamente na relação de interdependência entre este e “campo”. Portanto, “as ações, comportamentos, escolhas ou

¹⁴ Op. cit.

aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura.”¹⁵ As ações dos agentes sociais são como são por resultarem das trocas que ocorrem entre o que entendemos como *habitus* e um campo entendido como conjuntura social.

As estratégias de convivência social são traçadas com base em “estímulos de uma determinada situação histórica” (cristalização e naturalização dos fatores condicionantes sociais). Estas estratégias são irrefletidas e não-verbalizadas por surgirem como um senso prático determinado por configurações sociais específicas. Entretanto, uma importante ressalva que Bourdieu faz ao referir-se aos ajustamentos possíveis entre *habitus* e campo é que este ajustamento imediato é apenas uma forma possível de ajustamento, ainda que a mais recorrente. A compreensão do conceito de *habitus* não deve ser aceita como um estoque de memórias cristalizadas e inalteráveis, pois consiste um sistema de disposições dinâmicas em constantes ajustamentos, sofrendo mutações a partir de diferentes enfrentamentos sociais. A percepção social do real, individual de cada sujeito, é adquirida em situações específicas, em diferentes sistemas de disposições e em distintos espaços de sociabilidades. O caráter de reprodutibilidade, que a princípio poderia se imaginar como determinante das ações dos agentes sociais não se manifesta nas relações entre os *habitus* individuais e as dinâmicas dos campos.

O conceito de *habitus* não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; ao contrário, a ordem social constitui-se através de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história (SETTON, 2002, p. 65).

O princípio fundamental a nortear a relação entre uma conjuntura e sistemas de disposições individuais em constantes processos de reconstruções e interações com estruturas (sociais) é o princípio dialético. No entanto, nem sempre é o princípio dialético formal.¹⁶

2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADANIA EM SOCIEDADES PERIFÉRICAS: CIDADANIA “À BRASILEIRA”

Jessé Souza fornece uma importante perspectiva de construção social de cidadania em sociedades periféricas, mais especificamente por nos fornecer importantes análises a partir do estudo da passagem de condições pré-modernas de estruturação social no Brasil para situações de modernização e a construção de subcidadanias a partir da existência de uma

¹⁵ Op. cit.

¹⁶ Op Cit.

ideologia meritocrática baseada no desempenho, como fatores de inclusão e distinção social. Este autor critica os estudos da construção da identidade nacional brasileira a partir do personalismo e do patrimonialismo. Toda explicação para “as mazelas sociais de países periféricos como o Brasil estariam justificadas pela expansão de modelos familísticos, patrimonialistas e personalistas para todas as esferas sociais” (SOUZA, 2003, p.13).

Seria por conta dessa soberania do passado sobre o presente que nos confrontamos com sociedades verticais baseadas no favor, subcidadania para a maior parte da população e abismo material e valorativo entre as classes e as raças que compõem nossa sociedade¹⁷.

Este estudo (SOUZA, 2003) consiste em uma análise bastante contundente da naturalização da desigualdade, o que pode levar a formas perversas de subcidadania, isto é, cidadania negociada, onde somente há a possibilidade de ser cidadão diante das obrigações ou quando se pode negociar perante os direitos. O argumento principal do autor gira em torno do fato de que a naturalização da desigualdade em países periféricos como o Brasil, ocorre não por uma herança pré-moderna personalista, pois decorre de uma modernização de amplas proporções vinda de “fora para dentro”. Assim, a eficácia de tal desigualdade decorre da “impessoalidade” típica de instituições modernas¹⁸.

Jessé Souza (2003) na sua argumentação define naturalismo buscando as contribuições teóricas de Charles Taylor, como a tendência moderna de desvincular ações e experiências humanas do quadro contextual que lhes conferem compreensibilidade. Assim, partindo de um quadro contextual em que as instituições (Estado e mercado principalmente) e as práticas sociais e culturais já possuem implicitamente em suas dinâmicas de ação os valores normativos a seguir, portanto, é proposta da hermenêutica tayloriana tomar esse quadro de valores normativos a perseguir, tornando-o algo consciente e visível. Para o autor “podemos nos recriar recriando nossos hábitos e normas. Somos criaturas de relações contingentes”¹⁹.

Assim, com a reforma protestante, os valores individuais mudam e percebemos uma oposição clara entre os conceitos clássicos de trabalho manual e vida contemplativa na política e essas concepções na modernidade. A categoria da inclusão de indivíduos também muda, uma nova percepção da dignidade da pessoa humana vai dar o tom das relações entre indivíduos e entre indivíduos e instituições, construindo assim uma nova noção de igualdade.

¹⁷ Op. cit.

¹⁸ Op. cit.

¹⁹ Ibid.

“Ao invés da honra pré-moderna, que pressupunha distinção e privilégios, a dignidade pressupõe um reconhecimento universal entre iguais” (SOUZA, 2003, p. 32). Assim, em oposição à honra, muito mais vinculada a sociedades hierárquicas, os ideais de dignidade e de autenticidade, como ideais de inclusão e cidadania se estendem a todos os humanos, conferindo-lhes status de dignidade específica de ser humano e cidadão moderno, a honra, por sua vez, na medida em que uns a possuem e outros dela não usufruem, explicita seu caráter de exclusividade para determinados setores da sociedade. “Enquanto apenas uns tem honra, todos possuem dignidade”²⁰.

No caso da autenticidade, esta se configura como uma categoria de cunho ainda mais moderno que a própria dignidade, e que para Taylor *apud* Souza (2003) pode seguir um campo duplo para sua compreensão, isto é, pode ser aplicada tanto para indivíduos quanto para coletividades. Assim, Taylor tematiza essa questão em dois momentos distintos: o primeiro se refere ao fato de que para existir, uma coletividade precisa de reconhecimento. E, sabendo que este reconhecimento tem uma base cultural, comunitária e lingüística, é perceptível que a proteção política de tais coletividades torna-se um objetivo sem alternativas. O segundo momento é a percepção da singularidade do indivíduo em constante conflito com ideais homogeneizadores de personalidades e conduta.

No Brasil colônia, o patriarcalismo reunia em torno da família toda organização social. Aqui, a associação do “caráter litúrgico do catolicismo português” e a dependência em relação ao senhor de terras e escravos permitiu que o patriarcalismo familiar desenvolvesse sem que houvesse nenhuma contrapartida “material ou simbólica”²¹. Isto é, nessa estrutura social, os senhores de terras e escravos não reconheciam poderes normatizadores externos, sendo eles estatais – poder de polícia, legislações – ou morais – a ética normatizadora da religiosidade. Por outro lado, duas figuras sociais são importantes para compreendermos a constituição de uma subcidadania: o escravo que trabalhava na lavoura e o “dependente formalmente livre”. Baseada no patriarcalismo familiar, a sobrevivência dessas duas figuras sociais dependiam essencialmente da vontade do “senhor”. A construção dessa relação passava pelos dominados através de um processo psicossocial em que a contrapartida das benesses do senhor eram percebidas como fatores que pudessem igualá-los socialmente, ainda que apenas no nível do imaginário.

A partir da década de 1930 percebemos uma passagem do poder pessoal para uma estrutura de poder impessoal, ou institucional. Porém, acreditar que tal passagem carrega os

²⁰ Ibid., p.35.

²¹ Op. cit.

elementos e características de uma situação social anterior para uma nova situação apenas em novas roupagens e maior amplitude de alcance é não considerar os elementos estruturadores que vieram a dar o tom da modernização de sociedades periféricas. Percebe-se, enfim, uma passagem de condições sociais baseadas no patriarcalismo familiar dominante, desvinculado de normatizações externas advindas do ambiente macrossocial para condições sociais impessoais, baseadas no patrimonialismo e dominação social através de instituições representadas principalmente por Estado e Mercado. Assim, é nesse contexto de desigualdades cristalizadas, aceitas e internalizadas que precisamos analisar a construção da cidadania e perceber a trajetória dos indivíduos que verificamos em situações de outrora.

Para o negro, uma forma de “se dar bem” diante da nova estrutura socioeconômica a partir da década de 1930 era aproveitar das “brechas do sistema” partindo para a “criminalidade eventual ou permanente”. Na fuga das situações em que a norma social deveria prevalecer, “os destinos de ladrão, prostituta ou vagabundo ofereciam perspectivas comparativamente melhores” (SOUZA, 2003, p. 157). Portanto, na nova ordem socioeconômica, os preconceitos não eram restritos a questões de cor, “mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de personalidade, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo”²². A principal causa da marginalização do negro e do “dependente de qualquer cor” é o secular abandono que estes sofreram, e ainda sofrem. Esta óbvia inadaptação a normas sociais liberalistas de ordem competitiva não são passíveis de serem resolvidas com o advento do crescimento econômico. Tal abandono secular marginalizou amplas camadas da população, relegando-as à condições precárias de sobrevivência, internalizando um “*habitus precário*” para boa parte da população de sociedades periféricas, como na realidade brasileira.

Ao contrário do que se poderia acreditar, quando falamos em impessoalidade da modernização de sociedades periféricas, a naturalização da desigualdade em sociedades competitivas advém de períodos pré-modernos, pois, as sociedades baseadas na competitividade²³ e na capacidade técnica não são neutras e também possuem suas estratégias de exclusão social.

Na definição de “*Habitus*”, a contribuição de Bourdieu, exposta nas assertivas de Souza (2003), contribui para o entendimento do que iremos adotar como condicionante de análise para compreendermos o que seja a concepção de cidadania em sociedades periféricas

²² Op. cit., p. 159.

²³ Em Goiânia funciona da mesma forma, pois esta se constitui em uma cidade planejada para ser uma capital onde se pudesse perceber os traços de modernidade em contraste com o período anterior, representado pela fase de personalismo e familismo rural remanescente da fase colonial do Estado. (N.A.)

e, por outro lado, sua deturpação a partir do entendimento dos mecanismos de naturalização de desigualdades, contribuindo para o entendimento do que seja subcidadania. Assim,

Se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamentos a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem implicar conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças (SOUZA, 2003, p. 165).

E por outro lado, “para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada” (SOUZA, 2003, p. 166). Para este autor, em sociedades modernas baseadas no desempenho e na competitividade, a tendência para haver uma faixa populacional abaixo do que se considera o mínimo para o reconhecimento social, é bastante grande. Assim a sistematização hierárquica do que se considera como *habitus*, parte de uma categorização em que este possa ser utilizado para a análise de construção de cidadania e subcidadanias. Neste contexto, tem-se o *habitus precário*, definido como limite inferior do que se consideraria como a faixa mediana internalizada de perspectivas sobre as condições básicas para o indivíduo ser considerado cidadão. Ou seja, abaixo disso tem-se a faixa de percepção social onde estão inseridos todos os indivíduos marginalizados, sob qualquer forma de exclusão, das sociedades periféricas em processos de modernização. Por outro lado, tem-se o *habitus primário* como categoria parametrizante do que poderíamos considerar como padrões mínimos de inclusão social. No limite superior dessa faixa de percepção social, existe o que se considera como *habitus secundário*, que parte-se do pressuposto da “generalização do ‘*habitus primário*’ para amplas camadas da população de uma dada sociedade”²⁴. Ou seja, os critérios de distinção social já não estariam mais vinculados aos padrões mínimos de inclusão social, pois estes problemas – em tese – estariam resolvidos, entretanto, os critérios de distinções sociais estariam baseados em critérios subjetivos de apreciação estética, o que para Bourdieu chamam-se distinções sociais baseadas no “gosto”²⁵.

Para Kreckel *apud* Souza (2003, p. 169) a necessidade de haver um pano de fundo consensual onde a desigualdade estaria coberta e, portanto, naturalizada, se faz presente a partir do que o autor denomina de “ideologia meritocrática do desempenho” que estaria estruturada em três ramos específicos, que por sua vez estariam intimamente vinculados aos ideais competitivos modernos presentes em sociedades periféricas. A “tríade meritocrática” de

²⁴ Op. cit., p. 167.

²⁵ Op. cit., p. 167.

que nos fala Kreckel, a partir do exposto por Souza²⁶, “envolve qualificação, posição e salário”²⁷, sendo o primeiro deles o mais importante dentre os três, e por isso condicionador dos demais. Esta estrutura teórica é uma ideologia no sentido de agir de forma a premiar e legitimar o desempenho de indivíduos, garantindo o acesso a bens escassos de diferenciação social, naturalizando desigualdades de oportunidades.

“Apenas a combinação da tríade da ideologia do desempenho faz do indivíduo um ‘sinalizador’ completo e efetivo do cidadão completo”²⁸. Assim, as mediações dos papéis sociais de indivíduos passam a ser garantidos e legitimados a partir de distinções outorgadas por mercado e Estado. Com efeito, a ideologia descortinada acima funcionaria como a instância legitimadora do acesso à cidadania de uma forma tão presente no cotidiano que não se perceberia sua presença²⁹ e nem das instituições sociais reprodutoras de tal ideologia.

Compreendendo a ideologia do desempenho como legitimadora de produtor e cidadão e os conteúdos do que foi definido anteriormente como “*habitus* primário”, (este sendo um conjunto definido de exercício de pertencimento a uma esfera que goza de “predisposições psicossociais”, abarcadas pelas benesses garantidas por Estado e mercado, dentro das concepções meritocráticas da ideologia do desempenho, onde as ações de produtor refletem diretamente nos papéis de cidadão) a construção da cidadania em sociedades periféricas é fortemente marcada pela presença e contínua busca dessas duas categorias, entretanto, “[...] a ausência dessas precondições, em alguma medida significativa, implica na constituição de um *habitus* marcado pela precariedade” (SOUZA, 2003, p. 170).

Com a internalização dos princípios de desempenho, as condições de precariedade e marginalização passam a aceitação de tais condições como naturalizadas e legítimas - tanto por parte da sociedade meritocraticamente incluída quanto por parte da parcela populacional excluída – como condições de fracasso pessoal. Ainda dentro da centralidade ubíqua do princípio do desempenho e sua internalização não reflexiva, tem-se duas possibilidades reativas dos que tem no “*habitus* precário” as condições de vida: uma como reconhecimento da “intocabilidade do valor intrínseco” dos ideais de desempenho; outra de forma negativa, “pela construção de um estilo de vida reativo, ressentido ou abertamente criminoso e marginal” (SOUZA, 2003, p. 171). Por outro lado, o limite superior do “*habitus* primário” tem a ver com distinções sociais a partir de uma “estilização da vida”, isto é, aqui o

²⁶ Op. cit.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid. p. 169.

²⁹ No entanto, essa é a função das ideologias nas sociedades modernas, qual seja, subverter situações de desigualdades entre grupos e instituições tornado-as naturalizadas ao nível do imaginário dos indivíduos, buscando assim a legitimidade de tais práticas.

desempenho já não é suficiente para provocar um distanciamento daquelas condições de vida em que o indivíduo gozaria de pleno reconhecimento de produtor e cidadão. Nesta categoria de “*habitus*” a distinção social é feita através dos conteúdos individuais baseados no “gosto”, conforme Bourdieu *apud* Souza (2003, p. 173).

Apesar da interpenetração entre “*habitus* primário” e “*habitus* secundário” em realidades sociais distintas, as influências sociais destas para a construção de identidades em sociedades periféricas precisam ser reveladas, pelo fato de seguirem lógicas diferentes. Assim, em realidades sociais de sociedades periféricas, a escalada social de indivíduos que buscam através de situações de negociações a passagem de condições de precariedade para condições de reconhecimento social a partir de distinções baseadas no “gosto”, mesmo com tentativas utilizando-se de conteúdos pastichizados. Diferem quantitativamente e, até, qualitativamente, desse tipo de busca em sociedades centrais. O que torna o fenômeno da subcidadania típico de sociedades periféricas como a realidade brasileira.³⁰

Gente e “cidadão pleno” vão ser apenas aqueles indivíduos e grupos que se identificarem com a concepção do ser humano contingente e culturalmente determinado que “habita”, de forma implícita e invisível a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como Estado e mercado e que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as nossas ações e comportamentos cotidianos (SOUZA, 2003, p. 180).

³⁰ Op.cit.

CAPÍTULO 3

3 A DIMENSÃO DA CONDIÇÃO HUMANA PARA A FORMAÇÃO DE CIDADANIA

3.1 MODOS DE VIDA NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA: OS IDEAIS DE *VIDA ACTIVA*

Nos estudos sobre cidadania é comum percebermos o desenvolvimento desse assunto através de sua historicização (PINSK & PINSK, 2008; MANZINE-COVRE, 2006), desafios postos à categoria Cidadania frente às transformações globais (VIEIRA, 2001) ou ainda, vinculada a estudos que buscam perceber a luta por cidadania através da análise de histórico-nacionais, no caso do Brasil (CARVALHO, 2002). Nessa análise, não serão desprezadas, em absoluto, essas perspectivas de estudos, pois é esse conjunto de contribuições teóricas que constituem o campo de pesquisas sobre cidadania. Como fundamentação de uma das possibilidades de perspectivas teórico-conceituais sobre Cidadania, serão utilizadas as contribuições filosóficas de Hannah Arendt em seu livro “A Condição Humana”, com o objetivo de, inicialmente, constituir uma base de entendimentos sobre a necessidade de se compreender quais as condições essenciais, ou humanas, para se pensar a Cidadania na contemporaneidade, percebê-la através da história, compreendê-la no imaginário social brasileiro e, conseqüentemente, reivindicá-la junto aos poderes públicos competentes.

Em Hannah Arendt (2008) a expressão *Vida Activa* é representada por três atividades fundamentais: o *Labor*, o *Trabalho* e a *Ação*. No labor têm-se os processos vitais que mantém o corpo, que, por sua vez, correspondem aos processos biológicos responsáveis pela manutenção da vida do homem. Para que haja condição humana para o labor é necessário que haja vida, no sentido que, o trabalho é representado pelas atividades correspondentes à confecção de todo artificialismo necessário à futilidade e permanência da vida. Em outras palavras, corresponde à produção material do homem, habitando vidas individuais, mas perpassando e transcendendo todas as vidas individuais. A condição humana necessária ao trabalho é a mundanidade. A ação é a única atividade que se exerce sem a mediação das coisas ou matérias, ou seja, é a atividade que se exerce diretamente entre os homens e que requer como condição necessária à sua existência a pluralidade, pelo fato de que os homens habitam a Terra, compartilhando um mundo comum.

No entanto, não haveria necessidade de ação se os homens não passassem de cópias reproduzíveis do mesmo modelo, com a mesma essência e todas possuindo a mesma previsibilidade de comportamentos de todas as outras coisas existentes. A ação é condicionada pela pluralidade humana, na medida em que ao mesmo tempo somos todos

iguais, no sentido de sermos pertencentes à mesma espécie e, ao mesmo tempo, sermos diferentes de todas as outras coisas e pessoas que passaram pela Terra.

O labor, como processo biológico do corpo, assegura as condições da vida e a sobrevivência da espécie. O trabalho empresta certa permanência e durabilidade à futilidade e ao caráter efêmero do tempo humano, assegurando melhorias das condições de vida na Terra para o homem. E a ação, na medida em que cria e preserva corpos políticos, cria as condições para a lembrança e a memória das sociedades, ou seja, para a história. A relação que há entre os homens e as coisas, produzidas ou não por estes é uma relação de mútua influência, pois se condicionam permanentemente em um fluxo constante de condicionadores e condicionantes. Ao passo que os homens criam as coisas que tornam a condição humana possível e representam as categorias que tornam possível as condições humanas do homem.

Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência [...]. O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana [...]. Tudo que espontaneamente adentra o mundo humano, torna-se parte da condição humana. (ARENDDT, 2008, p. 17).

Assim, existem certas categorias que se prestam como requisitos à condição de existência do homem, mas que não são totalizantes nesse sentido.

As condições gerais da existência humana – a vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o planeta Terra – não conseguem explicar a essência do ser humano, pois, apesar de se constituírem nas condições de existência do homem não o condicionam em absoluto.³¹

Aristóteles, por sua vez, distinguia três modos de vida que os homens podiam escolher livremente. Mas excluía todo e qualquer modo de vida que dependesse das necessidades da vida e que concorresse para a manutenção do processo biológico desta ou das relações dela decorrentes, assim:

<p>Características comuns do modo de vida para Aristóteles:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A vida voltada para os prazeres do corpo, no qual o belo é consumido como dado; 2. A vida dedicada aos assuntos da polis, na qual a excelência produz belos feitos; 	<p>Excluídos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os escravos coagidos pelas necessidades da vida e pelas tiranias de seus senhores; 2. A vida dos artesãos livres, que produziam artificialidades; 3. A vida aquisitiva do mercador;
---	--

³¹ Op. cit. p. 19

3. E a vida do filósofo, dedicada à investigação do Ser e também à contemplação das coisas eternas, livres da manutenção da vida e do corpo.	ou seja, todos aqueles que não possuíam o controle sobre suas vidas ou as condições de liberdade de seus movimentos e ações.
--	--

Quadro 1 - Modos de Vida Segundo Aristóteles

Nessas condições o *bios politikos* Aristotélico, só percebia a esfera dos negócios humanos enfaticamente na ação (práxis). O trabalho e o labor não eram considerados atividades livres, por prescindirem das necessidades e privações humanas. Com o desaparecimento da Cidade-Estado grega, o modelo normativo de política desaparece e a ação passa a ser considerada qualquer engajamento ativo nas coisas deste mundo e a ser vista como uma necessidade da vida terrena.

De um lado as formas várias de engajamento ativo nas coisas deste mundo, e de outro, o pensamento puro, que culmina na contemplação. Assim, tem-se evidenciado pelos caminhos diferentes que estes seguem como preocupações humanas desde o crescimento do pensamento político na escola socrática. (ARENDRT, 2008, p. 26).

O potencial de grandeza e capacidade humana reside no fato de que através de seus atos – obras, feitos, palavras – os seres humanos podem conferir imortalidade às suas vidas individuais, permanecendo através de seus atos, junto ao cosmo imortal. É nesta capacidade de deixar obras que ultrapassam o limite de suas vidas individuais, em oposição à imortalidade de toda natureza, exceto ao próprio homem, é que este pode demonstrar a natureza diferenciada da ação humana, permanecendo por meio de seus atos através da história. Assim, como no meio dos animais, entre os homens, somente aqueles que provam serem os melhores é que realmente se destacam através da excelência de suas obras e seus atos. “Os outros, em sua fútil satisfação com os prazeres que a natureza lhes proporciona, vivem e morrem como animais”.³²

3.2 AÇÃO E DISCURSO: CONDIÇÃO BÁSICA PARA RECONHECER O CIDADÃO

Para Hannah Arendt, a condição básica da ação e do discurso é a pluralidade humana, que, por sua vez tem o duplo aspecto da igualdade e da diferença. Igualdade implica no fato de que todos os seres humanos são iguais, pois se isto não fosse verdade os homens “não compreenderiam entre si”, nem tampouco seriam capazes de planejar o futuro. Diferença no sentido de que se não fossem singulares, os homens não precisariam da ação e do discurso

³² Op. cit.

para se fazerem entender³³. No homem alteridade e distinção se tornam singularidade, ou seja, o que concede o caráter de unicidade do homem e, portanto a multiplicidade de seres singulares é a paradoxal característica verdadeiramente humana da pluralidade³⁴. Tais características que tornam o homem verdadeiramente humano se manifestam na ação e no discurso, pois por meio destes o homem se distingue dos demais, deixando de ser apenas diferentes. É na ação e no discurso que os homens se manifestam aos outros como homens e não como objetos físicos. “Uma vida sem discurso e sem ação deixa de ser uma vida verdadeiramente humana, pois já não se vive entre os homens”. (ARENDRT, 2008, p. 189).

O homem, na possibilidade de agir, é capaz de realizar o infinitamente impossível. A ação corresponde ao fato do nascimento e é a efetivação da condição humana da natalidade. O discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade. Sem o discurso a ação não teria em si seu caráter revelador do agente, e, portanto não se conheceria o ator da ação. Ainda, sem discurso a ação não revelaria seu ator, pois este não se manifestaria pelas palavras anunciando a ação que pretende realizar. Na ação e no discurso os homens revelam ativa e singularmente suas identidades ao mundo humano. Tais qualidades humanas manifestam-se reais quando os homens estão em plena convivência humana, e não nas situações em que estão de acordo ou contra outros homens. Por prescindir da revelação de seu agente, a ação e o discurso requerem a visibilidade de outros homens, somente obtida na esfera pública. Sem a revelação a ação perde seu caráter específico, tornando-se mero movimento como na fabricação, isto é, não havendo convivência, portanto não há pluralidade humana. Nestas circunstâncias o discurso também perde seu caráter específico, tornando-se mera conversa e assim, neste caso, as palavras nada revelam. Por outro lado, no momento de dizer quem alguém é, nosso vocabulário nos induz ao equívoco de dizer o que alguém é, ou seja, simplesmente elencando suas qualidades compartilhadas com tantos outros. Descrevemos assim, um personagem, perdendo de vista suas características intrínsecas e singulares.

A ação acontece entre os homens e a eles são direcionadas, revelando seu agente mesmo que seu conteúdo seja objetivo. Nesse caso, referindo-se tão somente às relações materiais e mundanas dos homens (ação e discurso mediam as relações humanas). Além de mediar relações mundanas e objetivas, revelando seu agente, ação e discurso mediam outra relação através de atos e palavras, cuja origem se deve ao fato de que os homens agem e falam diretamente uns com os outros. Nesta segunda mediação não há como resultado objetos

³³ Op. cit., p. 188.

³⁴ Op. cit., p. 188

tangíveis, pois por se tratar de relações subjetivas estas não geram objetos físicos, recebendo, portanto o nome de “teia de relações humanas”. A esfera dos negócios humanos consiste na teia das relações humanas. O discurso e seu caráter revelador da identidade de seu agente e a ação e seu caráter de iniciar algo novo incidem sempre sobre uma teia de relações humanas já existentes, trazendo assim suas consequências imediatas. Assim, ação e discurso iniciam novos processos e revelações que com o tempo se constitui como a história de vida daquele que é recém-chegado. É interferindo na teia de relações preexistente de relações humanas que cada história individual compõe o conjunto da história coletiva, que por sua vez, pode ser registrada através de documentos e/ou monumentos. Outro ponto é que as histórias que resultam da ação e do discurso revelam um agente que não é autor nem produtor das histórias de sua própria vida que só podem ser percebidas pelo historiador que a vê de um ponto externo através da produção material do indivíduo ou da coletividade. Diferentemente das histórias de ficção, a história real da vida de alguém não possui um autor ou criador, ela simplesmente revela o *quem* da história através da ação e do discurso “*ex post facto*”. A disposição de agir e falar já está embevecida pela conotação de coragem, e esta coragem não advém da capacidade de suportar as consequências dos atos iniciados, mas do ato de se revelar quem é e exibir sua individualidade aos outros. Tanto o conteúdo específico como o significado geral da ação e do discurso podem ser materializados em objetos físicos e estes reproduzidos revelam a importância de algo extraordinário. No entanto, a especificidade da ação e do discurso está tão vinculada ao fluxo vivo da ação e da fala que só podem ser reificados através da repetição.

Ao contrário da fabricação, a ação e o discurso jamais são possíveis no isolamento, estar isolado é estar privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam tanto da circunvizinhança de outros quanto a fabricação necessita da circunvizinhança da natureza, da qual obtém matéria-prima, e do mundo onde expõe o produto acabado. A fabricação é circundada pelo mundo e está em permanente contato com ele; a ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela (ARENDDT, 2008, p. 201).

A força necessária ao processo de fabricação torna-se inútil quando se trata de agir. Por se movimentar junto a outros seres que são capazes de agir e falar, o ser humano é também ser agente e paciente. Como incide sobre seres que podem agir, a reação de outro além de ser uma reação ao ato inicial, também se constitui em uma nova ação, iniciando processos novos. A ação, assim, jamais se limita a dois homens em um circuito fechado, pois

o mais limitado dos atos traz em seu cerne a mesma capacidade de ilimitação de todos os atos em todas as circunstâncias.

Assim como as limitações legais não oferecem absoluta segurança dentro dos corpos políticos, as fronteiras são incapazes de conter o poder de estabelecer novas relações que as ações que vem de fora possuem. Embora as fronteiras físicas e as limitações legais possam impor certas restrições à tendência desagregadora da ação, elas estão totalmente impotentes diante da segunda característica da ação, que é seu caráter de imprevisibilidade. A imprevisibilidade decorre da história e esta é estabelecida no momento subsequente ao ato. A ação só é plenamente aprendida através da história pelo historiador, que melhor que o agente sabe o que aconteceu. A relação que há entre a imprevisibilidade e o caráter revelador da ação é que o agente não conhece *a priori* quem revela. A identidade inalterável da pessoa se revela intangível no momento da ação e do discurso, porém, apresenta-se tangível na história da vida do indivíduo que age e fala, a partir do momento em que esta chega ao fim.

Para os gregos as leis não eram produtos da ação, mas da fabricação, pois antes de agir os homens precisavam de um caminho definido e estruturado para exercer todas as ações decorrentes da participação de cidadãos. Este espaço se refere à esfera pública e a estrutura decorre das leis. Para os socráticos, legislação e decisão por voto configuravam-se as mais legítimas atividades políticas, visto que os resultados destas ações tinham um produto final tangível e seus fins eram claramente identificáveis. Contudo, tais circunstâncias mostram a confusão que se faziam entre ação e fabricação, preferindo esta última pelo seu caráter de confiabilidade. “Aristóteles classifica ação em termos de fabricação e seu produto – relação entre os homens, como obra realizada. [...] Neste caso, tal confusão inutiliza a ação por subtrair-lhe seu caráter de imprevisibilidade e revelação.” (ARENDDT, 2008, p. 208).

Para a concepção grega, o trabalho se tornará conteúdo de ação se seus resultados se revelarem imprevisíveis e indesejados; e a ação se torna produto final se seus resultados forem previsíveis. A dupla função que a polis tinha era, em primeiro lugar, permitir um espaço de aparência em que os homens pudessem exercer atividades que em outras situações precisavam deixar o lar, ou seja, a polis deveria se constituir em um espaço de aparência em que o incomum e o extraordinário deveriam se tornar ocorrências diárias. A segunda função da polis na antiguidade clássica era de servir como espaço de permanência da excelência humana que não duraria fora de tais circunstâncias. Portanto, sob a forma de polis, acreditavam na imperecibilidade das mais fúteis atividades humanas, representadas pela ação e discurso e dos mais efêmeros produtos dos homens, os feitos e as histórias que delas resultam. Na organização da polis, baseada nos muros que circundavam a cidade e nas leis

que regiam a conduta de todos estava o cerne do que conhecemos como memória organizada, esta estrutura garantia que os homens permaneceriam através das lembranças de seus atos, além da efemeridade de suas vidas particulares. Neste sentido a esfera pública deriva diretamente da participação de todos através de atos de fala. A ação, portanto, não apenas se relaciona intimamente com o mundo comum a todos, mas é seu constituinte principal.

A cidade-estado não se caracteriza apenas por ser a polis fisicamente constituída. Ela se configura a partir da organização comunitária no agir e no falar em conjunto e o espaço em que este se localiza está situado entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importando em que local fisicamente estas estejam. Esta concepção deixa claro que ação e discurso criam um espaço de possibilidades que pode situar-se em qualquer lugar e tempo. Trata-se, sobremaneira, do espaço de aparência onde há a possibilidade da visibilidade necessária para que se compartilhe a realidade comum. Nenhum homem vive totalmente no espaço da aparência, mas privar-se dele significa privar-se da realidade garantida pela presença de outros. O que deixa de comungar desse espaço de aparência, não deixa de pertencer ao mundo humano, mas torna-se algo desprovido de realidade e absolutamente íntimo e particular. (ARENDDT, 2008, p. 211).

A existência do espaço de aparência prescinde da reunião dos homens na modalidade do discurso e da ação, precedendo a constituição formal de uma esfera pública. O caráter peculiar deste espaço de aparência é sempre uma potencialidade de existência, não existindo efetivamente sempre que houver homens reunidos.

O que de fato destrói as comunidades políticas é a perda de poder que não pode ser estocado, armazenado e utilizado quando necessário como os meios materiais de violência. O poder somente se realiza quando atos e palavras estão juntos. Quando são usados para iniciar novos processos e revelar seus agentes. “É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre os homens que agem e falam.”³⁵. O poder não é concretizado em uma forma permanente e imutável, mas é sempre um potencial de poder, algo a ser realizado; ao contrário da força que pode ser efetivada a qualquer momento e armazenada ao longo do tempo através dos meios materiais de violência. A força pode ser a qualidade de um indivíduo isolado, mas o poder passa a existir quando os homens agem e falam juntos e desaparece quando se dispersam. Comungando com diversas outras potencialidades, sempre em vias de ser efetivado, mas nunca materializado, o poder independe essencialmente de fatores materiais. Com efeito, um fator material é indispensável

³⁵ Op. cit., p. 212

à geração de poder, qual seja, a convivência entre os homens. Vivendo próximos, as potencialidades de ação estão sempre presentes, condições essenciais à efetivação das potencialidades de poder. Seguindo o momento fugaz da ação, o que mantém a coesão das pessoas é o poder. Aquele que renuncia a convivência entre os homens e se isola, mesmo que detenha forças e motivos, renuncia ao poder. No entanto, se o poder fosse algo passível de ser manipulado e armazenado, controlado e distribuído, não dependendo da vontade individual de cada um, a onipotência humana seria algo possível. Como a ação, o poder é algo ilimitado, não encontra limitação física na natureza humana, ao contrário da força, que se caracteriza por essas qualidades. A limitação do poder está na existência das pessoas, pois este é objetivamente dependente das condições humanas da pluralidade. É possível dividir o poder sem reduzi-lo, é possível ainda aumentá-lo, desde que haja equilíbrio por meio de contrapoderes em uma relação dinâmica e não resultado de impasses. Por outro lado, a força pode ser submetida à interação da pluralidade, mas neste caso é limitada pela força da maioria, e, em oposição ao poder é indivisível. “A aspiração da onipotência implica sempre [...] a destruição da pluralidade.” (ARENDDT, 2008, p. 214).

A tirania não é uma forma de governo como qualquer outra, pois destrói a condição humana da pluralidade, colocando tiranos e súditos no isolamento. Ela impede a geração de poder na totalidade da esfera pública. Por suas características, a violência destrói tão mais facilmente o poder do que a força. “Por outro lado a força pode enfrentar a violência com maiores possibilidades de êxito. [...] Só o poder pode efetivamente aniquilar a força, e, portanto, a força combinada da maioria é ameaça constante ao poder.”³⁶. “Se a tirania é a tentativa de substituir o poder pela violência, o governo da multidão é a tentativa bem mais promissora de substituir o poder pela força.”³⁷. O poder preserva o espaço público e o espaço da aparência, e estes se suprimidos de suas funções de ser o local das realizações da excelência humana, através da ação e do discurso, da teia de relações dos negócios humanos e de suas histórias possíveis, o mundo perderia todo o seu sentido, sendo tão somente um amontoado de objetos desconexos. Sem a ação e sua inerente capacidade de iniciar processos novos, colocando o mundo em movimento, não haveria nada de novo neste mundo. Sem o discurso e sua capacidade de anunciar o agente dos processos e celebrar, ainda que provisoriamente, as coisas novas que surgem, não haveria memória. “E sem o poder, o espaço

³⁶ Op. cit., p. 215.

³⁷ Op. cit., p. 215.

da aparência produzido pela ação e pelo discurso em público, desapareceria tão rapidamente como o ato da palavra viva.³⁸

Diferentemente do comportamento humano, a ação só pode ser julgada por seu critério de grandeza, pois ela deve, necessariamente, buscar o extraordinário e extrapolar os acontecimentos cotidianos. Independentemente de grandiosidade ou pureza, motivos e objetivos são únicos e exclusivos como os tipos psicológicos das pessoas de que derivam. E assim, o significado específico de cada ato reside no cometimento, e não *a priori* nos motivos que o provocaram, e nem *a posteriori* nos resultados que produzem. Por se constituírem apenas em sua realização, ação e discurso são as mais altas atividades da esfera política. No entanto, na era moderna a degradação da ação e do discurso é percebida quando qualquer atividade que se baseie no desempenho pela busca da excelência são rebaixadas à mesma categoria de improdutivas formas de trabalho. Outrora, tais atividades eram consideradas pelos antigos como as mais altas e grandiosas atividades do homem. (ARENDDT, 2008, p. 219).

Por trás da estima dos antigos pela política havia a convicção de que o homem enquanto homem, ou seja, cada indivíduo como ser único e distinto, aparece e confirma-se no discurso e na ação, e de que estas atividades, a despeito de sua futilidade material, são dotadas de certa permanência própria, visto como criam recordações de si própria. A esfera pública, o espaço mundano de que os homens necessitam para aparecer, é, portanto, obra do homem num sentido mais específico que o trabalho de suas mãos ou o labor de seu corpo.³⁹

A crença na realização do homem através do discurso e da ação sofre oposição do *homo faber* - que acredita que os produtos feitos pelo homem podem vir a ser mais que o próprio homem, e não apenas mais duradouro – e do *animal laborans* – que percebe a vida como bem supremo. Neste caso, ambos, *homo faber* e *animal laborans*, denunciarão a ação e o discurso como futilidade da vida ou ociosidade. Para estas duas categorias, os critérios de julgamento que estabelecem para separar as atividades públicas como fins aparentemente mais nobres, são: tornar o mundo mais útil e belo ou tornar a vida mais longa e fácil, respectivamente. Contudo, isto não significa que estes prescindem da esfera pública como espaço de aparência que esta representa, pois, sem a comunhão dos homens no lócus da aparência em que o homem possa transcender sua existência individual pela excelência e sem a confiança na ação e no discurso como fatores de revelação e imprevisibilidade, tornam-se impossível a construção da realidade individual e a realidade coletiva, resultante das

³⁸ Op. cit., p. 216.

³⁹ Op. cit. p. 221.

qualidades da pluralidade humana. Ao requerer a necessidade de reconhecimento do Ser como coisa dada, o senso humano de realidade confirma a existência daquilo que teria que reconhecer de qualquer maneira. E esta confirmação ocorre nas atividades da realização, ou seja, na ação e no discurso.

O fato que torna o senso-comum tão importante na hierarquia das atividades políticas é que este ajusta a percepção humana através dos sentidos ao mundo comum partilhado por outros homens e as subjetividades construídas pela convivência neste mundo comum. Podemos avaliar a alienação de uma comunidade pelo declínio da percepção da realidade e do senso-comum e o aumento do recrudescimento e da credulidade. Tal alienação – atrofia do espaço de aparência e declínio do senso-comum – é tão mais perceptível em uma sociedade de operários do que em uma sociedade de produtores, pois em seu isolamento o *homo faber* não vê e não é visto, e sobretudo, não pode ser confirmado por outros, vivendo portanto, em um mundo criado por ele e pelas coisas por ele criadas. Já no mercado de trocas, este se tornando como esfera pública, a troca pertence ao campo da ação e não mais como prolongamento da produção. No mercado de trocas, os homens não entram em contato com outros como pessoas, mas como fabricantes. Não mostram suas individualidades nem suas habilidades, mas seus produtos. O que mantém coeso esse mercado não é o potencial que surge entre pessoas reunidas na ação e no discurso, mas tão somente as potencialidades de troca mercantil. Tal preocupação com mercadorias permutáveis e ausência de relacionamentos humanos, consiste no cerne da crítica de Marx que denuncia a desumanização e auto-alienação da sociedade comercial, que exclui os homens e inverte a relação público e privado, fazendo com que estes busquem a excelência no convívio familiar ou na intimidade dos amigos.

O declínio da ação e do discurso na era moderna pode ser entendido a partir da incorporação por parte da noção de obra genial em oposição à obra artesanal, das qualidades de diferenciação e singularidades que encontravam expressão somente na ação e no discurso.

A obsessão da era moderna com a assinatura peculiar de cada artista, a sensibilidade sem precedentes em relação ao estilo revelam uma preocupação com aquelas características através das quais os artistas transcendem sua habilidade e sua arte, da mesma forma que a singularidade de cada pessoa transcende a soma de suas qualidades. (ARENDR, 2008, p. 222).

Portanto, a busca da dignidade humana consiste em buscar a identidade desta pessoa como algo maior que suas realizações. “A suposição de que a identidade de uma pessoa

transcende em grandeza e importância tudo que ela possa fazer ou produzir é elemento indispensável da dignidade”.⁴⁰

Ademais de sua incapacidade de criar uma esfera pública autônoma, o trabalho, de diversas formas, ainda não está totalmente desvinculado deste espaço de aparência, portanto, o trabalho pode ser considerado um modo de vida apolítico, mas em absoluto não é anti-político. Esta última categoria está mais vinculada ao labor, que não prescinde da convivência de outros para efetivar-se, nesta categoria o homem “está a sós com seu corpo ante a necessidade de manter-se vivo” (ARENDR, 2008, p. 224). É perceptível que no labor o homem vive com outros, mas esta convivência não possui em nada as qualidades da pluralidade, a convivência no labor torna-se tão somente em multiplicidade de espécimes, todos essencialmente iguais pelas características biológicas.

A natureza coletiva do labor consiste na perda da identidade individual e situa-se longe da possibilidade do estabelecimento de uma realidade reconhecível e compartilhada. A sociabilidade resultante da convivência no labor não se baseia em igualdade, mas em uniformidade. A uniformidade presente na sociedade do labor e do consumo faz com que, cada vez mais, os indivíduos pensem e sintam como simples membros de grupos e não mais como indivíduos. “As melhores condições sociais para o labor são aquelas nas quais o indivíduo pode perder sua identidade”⁴¹. “A igualdade presente na esfera pública é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos”⁴². “Do ponto de vista do mundo e da esfera pública, a vida e a morte e tudo que comprova uniformidade são experiências não-mundanas, anti-políticas e verdadeiramente transcendentess”⁴³.

Na denúncia da ociosidade da ação e do discurso, a era moderna não é sua única postulante. Diante das características da ação – imprevisibilidade dos resultados, irreversibilidade dos processos iniciados e o anonimato de seus agentes – os pensadores da antiguidade clássica também comungaram desta denúncia, procurando sempre um substituto viável para a ação, objetivando proteger a esfera dos negócios humanos da acidentalidade e irresponsabilidade moral decorrente da pluralidade dos agentes. Todos os argumentos favoráveis à fabricação contra a ação eram visíveis nos argumentos contra a democracia, e que em essência eram contrários à política.

⁴⁰ Op. cit., p. 223.

⁴¹ Op. cit., p. 227.

⁴² Op. cit., p. 227.

⁴³ Op. cit., p. 227.

Todas as calamidades atribuídas à ação resultam da condição humana da pluralidade, que por sua vez é a condição essencial para a existência do espaço de aparência, a esfera pública. Os exemplos de modelos de proteção contra os perigos da pluralidade consistem nas diversas formas de governo, desde as variadas formas de tiranias até as modernas democracias ocidentais. O que as caracterizam é a deserção dos cidadãos da esfera pública e a insistência de que estes devam “dedicar-se aos seus respectivos assuntos privados” (ARENDDT, 2008, p. 234), ou seja, enquanto a esfera dos negócios humanos era administrada por um único homem, tal prática equivalia a, tão somente, privar os cidadãos da participação necessária nas questões comuns a todos. O argumento central em tal contexto é o conceito de governo, ou seja, a noção de que os homens só podem viver legitimamente em sociedade quando alguns têm o direito de governar e o restante a obrigação de obedecer, porém, esta noção de que deve haver governantes e governados decorre da preocupação em relação à ação e seus desdobramentos e não de um desdém ou busca de uma vontade de poder. Nesta estrutura, de um ou vários que governam e o restante que deve obedecer, começa-se a diferenciar os agentes que iniciam a ação e aqueles que executam. Com efeito, o caráter de iniciar processos novos e realizá-los por meio da ação dissocia-se, passando, portanto, à mera execução de ordens. “Platão foi o primeiro a introduzir, em lugar do antigo desdobramento da ação em começo e realização a divisão entre os que sabem e não agem e os que agem e não sabem, de sorte que saber o que fazer e fazê-lo tornam-se dois desempenhos inteiramente diferentes”.⁴⁴ “Aqui, efetivamente, o que sabe não precisa executar, e o que executa não precisa pensar ou conhecer”.⁴⁵

A bem sucedida transformação da ação em certa modalidade de fabricação impede que pensemos nos assuntos políticos de outra forma que não em termos de meios e fins, e que se raciocine em termos de instrumentalidade. “Enquanto acreditarmos que, na esfera política lidamos com meios e fins, não poderemos impedir que alguém recorra a todos os meios para alcançar fins premeditados”.⁴⁶

Ao definir o homem como produtor de coisas e ferramentas, a idade moderna desfez toda desconfiança que a tradição clássica de pensamento nutria em relação à esfera da fabricação. Porém, ao interpretar a ação na modalidade da fabricação, a tradição clássica forneceu as bases teóricas para que os pensadores modernos pudessem elaborar os modelos de pensamento da ação em termos de fabricação. Neste contexto, a era moderna não subverteu os

⁴⁴ Op. cit., p. 235.

⁴⁵ Op. cit., p. 235.

⁴⁶ Op. cit., p. 241.

paradigmas de pensamento clássico que impedia a tradição de declarar abertamente que o trabalho do artesão era hierarquicamente superior à ociosa ação da esfera dos negócios humanos. Platão e Aristóteles propuseram que as questões políticas deveriam ser tratadas à maneira da fabricação. Contudo, estes pensadores não consideravam os artesãos dignos, sequer, da plena cidadania. Diante de tais contradições, fica claro a imensa capacidade da ação com a imprevisibilidade de seus resultados, e também, a tentação de substituí-la pelo planejamento de resultados da esfera da fabricação.

A instrumentalização da ação e a degradação da política jamais foi capaz de suprimir as potencialidades da ação, nem ameaçar inteiramente a esfera dos negócios humanos. Reafirmando que na ilusória tentativa de supressão do labor, o trabalho passou a ser executado à maneira do labor, assim, os produtos do trabalho – todo artifício humanamente produzido – passou a ser consumido como bens de consumo.

Com efeito, na tentativa de supressão da ação e de afastá-la dos negócios humanos, a capacidade humana de agir foi canalizada para uma atitude em relação à natureza, que até então se limitava à exploração de recursos naturais e a fabricação de produtos a partir destes. O fato de que, em seu estado moderno, as ciências tenham se tornado ciências de processos sem retorno, este se deve à capacidade humana de desencadear processos, obviamente, sem retorno, irremediáveis e imprevisíveis, tanto na esfera humana quanto na esfera da natureza. Na fase moderna da ação a incerteza e não a fragilidade passa a fazer parte como umas das principais características dos negócios humanos. Portanto, o conceito principal a nortear as ciências naturais e históricas, na fase moderna, é a processualidade, e a experiência humana real deste conceito baseia-se na ação. “Se podemos conceber a natureza e a história como sistemas de processos é porque somos capazes de agir, de iniciar nossos próprios processos”. (ARENDDT, 2008, p. 244).

Mesmo que tenha a capacidade de destruir todo e qualquer artifício humanamente produzido e agora tudo aquilo não produzido pelo homem, mas pela natureza, o homem continua incapaz de controlar as consequências desencadeadas pela ação. Esta incapacidade é igualada pela imprevisibilidade das consequências desencadeadas. Ao contrário da força do processo de fabricação, limitado à confecção final do produto, a ação não se limita ao momento do ato, mas pode crescer à medida que se multiplica as consequências, e, as únicas coisas que permanecem na esfera dos negócios humanos são justamente esses processos. Portanto, “o motivo pelo qual não podemos prever com absoluta segurança as consequências e o fim da ação, é que a ação não tem fim” (ARENDDT, 2008, p. 245).

Os resultados da ação seriam motivo de orgulho para os homens se estes fossem capazes de suportar as consequências da imprevisibilidade e da irreversibilidade da ação, as quais inerente à força do processo desta. Este raciocínio conduz a um recrudescimento do pensamento em relação à liberdade e a ação, pois a solução parece correr contra a ação e proclama a abstenção da esfera dos negócios humanos como meios de preservar a integridade e a soberania do homem. Soberania e liberdade não são a mesma coisa, pois se assim fosse, a soberania como ideal inflexível de autodomínio e auto-suficiência entraria em conflito com a condição humana da pluralidade. “Nenhum homem pode ser soberano porque a Terra não é habitada por um homem, mas pelos homens. [...] Em qualquer outra circunstância, a soberania só é possível na imaginação, quando conquistada ao preço da realidade”.⁴⁷

As fontes de imprevisibilidade e irreversibilidade não provêm de outro lugar senão das potencialidades da própria ação. A solução para ambos são as faculdades de perdoar e prometer. Estas duas faculdades se prestam como alternativas às potencialidades da ação, servindo a primeira para desfazer os atos do passado e a segunda para criar ilhas de certezas no futuro, que por definição é incerto.

Se não houvesse o perdão, nossa capacidade de agir ficaria limitada a um único ato. Incapazes de cumprir nossas promessas estaríamos condenados a errar enquanto nossas vidas individuais perdurassem, desamparados e desorientados, destituídos de nossas identidades, pois não conseguiríamos revelá-las através do discurso. Situações que só a visibilidade da esfera pública, na convivência com outros, capazes de prometer e cumprir, seria possível desfazer. Assim, a condição para a existência das faculdades de perdoar e prometer é a pluralidade, no isolamento perdão e promessa não chegam a ter realidade.

Toda constituição moral de um código de conduta de perdão e promessa, se baseiam em experiências que somente são possíveis na presença de outros. Como os remédios necessários à força da ação, requerem a pluralidade como condição essencial, no entanto pode ser desastroso usá-los em outras instâncias situadas fora da esfera dos negócios humanos. Ao introduzir no reino da natureza a imprevisibilidade e a irreversibilidade, o homem desencadeia processos que, para os quais, os remédios necessários não se aplicariam. Por outro lado, ao introduzir as categorias de meios e fins da fabricação aos negócios humanos, restam ao homem “fazer através da violência e a desfazer através da destruição”, semelhantemente à destruição de uma obra malsucedida (ARENDDT, 2008, p. 250). Assim, fica evidente os potenciais inerentes à ação, que sem seus remédios, passam a ser capazes de não só destruir o

⁴⁷ Op. cit., p. 246.

homem, mas também as condições em que a vida lhe foi dada.⁴⁸ O pecado é algo natural na esfera das relações humanas e precisa do perdão para que a vida possa continuar.

Somente através desta mútua e constante desobrigação do que fazem, os homens podem ser agentes livres; somente com a constante disposição de mudar de idéia e reconhecer, pode-se-lhes confiar tão grande poder quanto o de consistir em algo novo.⁴⁹

Assim refletido, o perdão é o exato oposto da vingança, que prende todos os participantes no infinito processo da ação, que nesse caso ocorre como que uma reação à ofensa inicial. Ao contrário da vingança que é uma reação e que dado à irreversibilidade do processo da ação, pode ser calculada e até esperada, “o perdão é o ato que jamais pode ser previsto”⁵⁰, é algo que, embora conserve algum caráter de reação, atua de modo contrário como um novo processo de ação. “O perdão e a relação que ele estabelece constituem sempre assunto eminentemente pessoal (embora não necessariamente individual e íntimo), no qual ‘o que’ foi feito é perdoado em consideração ‘a quem’ o fez.”⁵¹

[...] Uma vez que se dirige exclusivamente à pessoa, o respeito é bastante para que se a perdoe pelo que fez por consideração a ela. Mas o fato que o mesmo ‘quem’ revelado na ação e no discurso é o sujeito da ação e do discurso, constitui a razão mais profunda pela qual ninguém pode perdoar-se a si próprio; no perdão, como na ação e no discurso, dependemos dos outros, aos quais aparecemos numa forma distinta que nós mesmos somos incapazes de perceber.⁵²

A imprevisibilidade, eliminada parcialmente pelo ato de prometer, possui dupla origem: a primeira se repousa na “inconfiabilidade fundamental dos homens” que não conseguem assegurar que amanhã serão os mesmos que hoje; a segunda tem como fonte a imprevisibilidade da ação de pessoas que vivem em uma comunidade em que todos tem a mesma capacidade de agir. O fato de não poder ter fé absoluta em si mesmo “[...] é o preço que os homens pagam pela liberdade”⁵³. E o fato de desconhecem os desdobramentos de seus atos é o preço pago pela pluralidade e pela realidade compartilhada com outros, pelo mundo comum assegurado pela presença de todos. Portanto, a função da capacidade de prometer é aclarar esta dupla característica dos negócios humanos. “Corresponde exatamente

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Op. cit. p. 252.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Op. cit., p. 253.

⁵² Op. cit., p. 255.

⁵³ Op. cit., p. 256.

à existência de uma liberdade que é dada sob a condição da não soberania” (ARENDR, 2008, p. 256).

O perigo e, concomitantemente, a vantagem de sistemas políticos baseados em pactos e contratos (democracia) é que estes não interferem com a imprevisibilidade dos negócios humanos, nem com a inconfiabilidade dos homens, mas encaram-nos como possibilidades de executar a faculdade de prometer e sua capacidade de, pelo menos em parte, estabelecer certas ilhas de certezas em um oceano de incertezas.

Referindo-se ao poder existente quando as pessoas se reúnem e agem em conjunto e que desaparecem assim que esta reunião se desfaz, a força que as mantém unidas não é o espaço de aparência, mas a capacidade que possui a força da promessa ou do contrato mútuo. A soberania que estas pessoas reunidas possuem em relação às pessoas livres e desobrigadas de qualquer promessa assumida, é incontestavelmente superior. “Esta superioridade decorre da capacidade de dispor do futuro como se este fosse o presente, isto é, do enorme e realmente milagroso aumento da própria dimensão da qual o poder pode ser eficaz”.⁵⁴

⁵⁴ Op. cit., p. 257.

CAPÍTULO 4

4 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) COMO MÉTODO DE ANÁLISE EM CIÊNCIAS SOCIAIS

4.1 CATEGORIAS ANALÍTICAS EM ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Até este momento falou-se de discursos e suas perspectivas filosóficas como requisito ao exercício da cidadania. No entanto, será abordado, também, em linhas gerais, de um campo de estudos em desenvolvimento, mas que tem trazido importantes contribuições teóricas à compreensão das estruturas discursivas e das categorias concorrentes nos estudos lingüísticos, com objetivos de entendimento das relações de poder social e as desigualdades sociais daí advindas. Este campo é denominado de Análise Crítica do Discurso. Mas, então, do que trata especificamente a Análise Crítica do Discurso?

A Análise Crítica do Discurso é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (DIJK, 2008, p. 113).

A Análise Crítica do Discurso tem como foco principal de pesquisa os problemas sociais e as questões políticas que tais problemas envolvem, por isso, não raro esse tipo de estudo ser multidisciplinar. Ao invés de ater-se à descrição de estruturas discursivas, a ACD busca a explicação dessas estruturas através das categorias envolvidas na interação social e principalmente da estrutura social.

Fairclough e Wodak *apud* Dijk (2008) levantam alguns princípios que norteiam a pesquisa em ACD, são eles

A ACD aborda problemas sociais; As relações de poder são discursivas; O discurso constitui a sociedade e a cultura; O discurso realiza um trabalho ideológico; O discurso é histórico; A relação entre texto e contexto é mediada; A análise do discurso é interpretativa e explanatória; O discurso é uma forma de ação social (DIJK, 2008, p. 115 [adaptado]).

O enquadre teórico da ACD não é único, mas busca subsídios teóricos e metodologias em outras áreas das Ciências Sociais. Os contextos sociais são estruturados em níveis macro e micro das relações sociais e a ACD busca estabelecer uma ponte teórica a

partir de estudos empíricos para interpretar a inter-relação entre os níveis macro e micro, isto é,

o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação são típicos de um micro nível da ordem social. O poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são tipicamente de um macro nível de análise. Isso significa que a ACD tem que estabelecer teoricamente uma ponte que preencha a bem conhecida “lacuna” existente entre os enfoques micro e macro – evidentemente, uma distinção que é, por si mesma um constructo sociológico (DIJK, 2008, p. 116).

Utilizando das perspectivas da ACD é possível realizar diferentes análises para se chegar a resultados que tragam de alguma forma a explicitação das situações de desigualdade social, sendo, então é possível fazer análises da interação de membros em relação aos grupos que estes pertencem; ações e processos, os atos individuais de membros de um determinado grupo, e conseqüentemente entre os diferentes grupos; contexto e estrutura discursiva, a interação discursiva faz parte da constituição da estrutura social, os atores sociais possuem percepção da realidade e essa percepção é pessoal, isto é, a construção de si. Porém, essa construção de si se faz na inter-relação com outros indivíduos sociais também. A construção individual da realidade influencia a interação discursiva entre diferentes membros de um grupo social, e “as ‘representações sociais’ compartilhadas governam as ações coletivas de um grupo” (DIJK, 2008, p. 117).

A Análise Crítica do Discurso não é delimitada como campo autônomo de estudos e nem tampouco como uma técnica de pesquisa. Ela se utiliza dos métodos e técnicas em geral das Ciências Sociais para realizar análises de discursos (DIJK, 2008). Aqui o discurso não é analisado “como objeto ‘verbal’ autônomo, mas como interação situada socialmente” (op. cit.). Os parâmetros norteadores para os estudos de ACD configuram que, os métodos sejam escolhidos de modo que possam permitir a apoderação social dos grupos excluídos e a concentração de pesquisa esteja centrada nas intrincadas relações que pode haver entre a estrutura social e a estrutura discursiva e as eventuais influências que pode haver entre elas, isto é

[...] [os estudos promovidos pela ACD] preferem focar aquelas propriedades do discurso que são mais tipicamente associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social do(s) falante(s) ou escritor(es) enquanto membros de grupos dominantes (DIJK, 2008, pág. 14).

Para os tipos de análise que propõem a ACD, as estruturas discursivas que permeiam a realidade social revelam os processos de reprodução das desigualdades sociais. Assim a

ACD concentra-se nas análises que privilegiam o estudo da reprodução discursiva do abuso de poder, constituindo o que podemos chamar de “domínio especial da ACD” (Id.), ou seja, “fenômenos sociais específicos, problemas específicos e temas específicos de pesquisa”⁵⁵.

O objetivo é a percepção das formas de exercício do poder no contexto social, sua manifestação, se legítimo ou mascarado. Dessa forma, é possível a análise e a formulação do efetivo exercício do poder no nível macro e micro das relações sociais.

Abrindo mão de complexificações e discussões teórico-filosóficas, as noções de poder que aqui importam ressaltar são: “poder é uma propriedade das relações entre grupos, instituições e organizações sociais. [...] Poder social é definido em termos de controle exercido por um grupo ou organização [...] sobre as ações e/ou as mentes de outro [...] grupo” (DIJK, 2008, p. 87-88). O poder, por carecer sempre de análises complexas e interdisciplinares, não se limita a uma definição simples e estanque. Nas Análises Críticas do Discurso, a compreensão do que seja poder pode ser apresentado em linhas gerais da seguinte forma. Considerando-se que o poder social manifesta-se basicamente a partir das interações entre os indivíduos sociais e entre estes e as instituições, o exercício do poder, seja qual for sua base ou a forma de interação, se material ou simbólica, limita a liberdade de ação social de um grupo não-detentor de recursos materiais ou simbólicos de poder. O poder social através do qual uma elite exerce controle sobre uma classe não-dominante, geralmente é exercido de maneira indireta e, a princípio, não-intencional e age principalmente onde crenças, desejos e cognições se manifestam.

O poder torna-se uma forma de controle social se “sua base for constituída de recursos socialmente relevantes” (DIJK, 2008, p. 42). Nas sociedades contemporâneas o exercício do poder não acontece de maneira total, mas limita-se a um campo específico da vida social e varia de acordo com a extensão do poder dos “agentes de poder” (DIJK, 2008, p. 42). Também o exercício do poder não se limita a uma simples forma de ação, mas é exercido basicamente em diversas formas de interação. O poder social no seu exercício e manutenção requer a existência de uma complexa estrutura ideológica. Essa estrutura é composta principalmente por cognições socialmente compartilhadas e é legitimada ou reconfigurada principalmente através da comunicação e do discurso. Por fim, a análise do poder não acontece buscando essa categoria nas diversas instâncias que compõem a realidade social, mas é na interação com diversas ações de contrapoder e resistência que é possível enxergar com nitidez as ações de poder social em seu franco exercício.

⁵⁵ Ibidem.

Controlar o discurso e, principalmente, sua forma de produção através de aparato técnico e ideológico torna-se uma condição fundamental para o exercício do controle social,

[...] sendo assim, as perguntas centrais são: quem pode falar ou escrever o que, para quem, em quais situações? Quem tem acesso aos vários gêneros e formas do discurso ou aos meios de sua reprodução? (DIJK, 2008, p. 43-44)

Poder no sentido em que pode ser adotado pelas análises críticas do discurso, refere-se a termos de controle. Se o poder estiver a serviço de grupos dominantes e contra grupos não-dominantes, então estamos falando de abuso de poder. Se as ações se referirem a ações comunicativas, então podemos nos referir mais especificamente ao controle discursivo de outros. O controle não se aplica somente aos discursos como práticas sociais baseadas na interação, mas envolve também o controle indireto pelo qual o indivíduo tem como crença, opinião, atitude etc., influenciando inclusive suas “representações pessoais e sociais”⁵⁶. O controle da mente de que se fala na ACD acontece de forma indireta, como uma atitude não-intencional, sendo apenas consequência provável do discurso, portanto. Assim, quando o poder baseado no controle é buscado a partir da intenção de controle mental, o que se busca em essência, é o controle indireto da ação, o que, por sua vez, controla novos discursos, reproduzindo uma lógica de desigualdade, baseada na reprodução discursiva da desigualdade social.

“Se eventos comunicativos consistem [...] de contextos que influenciam os discursos, então o primeiro passo para o controle do discurso é controlar seus contextos” (DIJK, 2008, p. 18). Assim, o discurso também pode ser controlado pelo acesso aos meios discursivos, como acontece quando analisamos as regras de acesso aos meios de comunicação de massa⁵⁷. Os discursos e o poder que este sustenta quando utilizado por setores dominantes da sociedade, e sua consequente reprodução da desigualdade social, são diferentes em diferentes culturas, portanto, “os discursos e as maneiras como reproduzem o poder são diferentes em diferentes culturas, como também o são as estruturas sociais e as cognições sociais que estão envolvidas nesse processo de reprodução” (Ibid.). Na perspectiva da ACD, o abuso de poder é compreendido como o desvio da finalidade pela qual um poder deveria ser exercido, tal exercício se dá em favor dos interesses de alguém ou de algum grupo, o que não raro resulta em desigualdade social. O poder e a dominância para a ACD são, com frequência, organizados através de instituições específicas de poder, às quais exercem o controle social

⁵⁶ Op. cit.

⁵⁷ LUSTOSA, Elcias. **Arte e Sucesso na Televisão**. Brasília: Editora UnB, 2002.

apenas dentro de seu escopo de domínio. Outra categoria importante para a perspectiva da ACD é que a dominância não é absoluta em sua ação, encontrando, por sua vez, resistências ou ações de contrapoder por parte de grupos não-dominantes.

Nesse contexto, pode-se depreender também o poder social do falante. Os padrões diferenciados de acesso ao discurso consistem em escasso recurso de poder social, pois se todos possuísem acesso igualitário às diversas formas de discurso público, não haveria controle social através da discursividade na comunicação. Em outras palavras, “o controle mentalmente mediado das ações dos outros é uma forma fundamental de poder, especialmente quando a audiência está pouco ciente desse controle, como é o caso da manipulação” (DIJK, 2008, p. 93).

Fazer análises do poder, enquanto categoria eminentemente “ruim” dentro da perspectiva da ACD, é fazer análises parciais, tendenciosas e limitadas a esse respeito. Ao contrário, parte-se do pressuposto de que não haveria funcionamento social sem a presença de poderes legítimos que, por sua vez, regulassem as interações sociais em conflitos. O ponto de partida para a ACD é o reconhecimento da existência de estruturas sociais de uma maneira geral e, por outro lado, o reconhecimento da existência de estruturas particulares de poder. “Somente com isso podemos examinar o abuso de poder, como tal abuso poder prejudicar as pessoas, e como a desigualdade social pode ser produzida e reproduzida na vida cotidiana” (DIJK, 2008, p. 27).

Acesso discursivo⁵⁸ para a ACD se refere à participação ativa na elaboração contedística dos discursos e das formas discursivas, e não somente o consumo passivo de mensagens midiáticas, mesmo levando-se em conta as possibilidades de reelaboração discursiva entre os próprios indivíduos⁵⁹. A análise do poder através do discurso pode se dar pela compreensão das formas e permissões de acesso ao discurso, inclusive o acesso ao discurso público. Assim, o contexto de análise do abuso de poder através do controle discursivo é a forma moderna de controle, o que nas palavras de DIJK (2008) quer dizer,

enquanto [no passado o] poder foi definido, tradicionalmente, em termos de classe e o controle sobre os meios materiais de produção, hoje tal poder tem sido em grande parte substituído pelo controle das mentes das massas, e esse controle requer o controle sobre os discurso público em todas as suas dimensões semióticas (p. 24).

⁵⁸ *Acesso discursivo* é a teoria desenvolvida por Teun A. van Dijk para se referir à maneira que oportunidades são dadas aos indivíduos para que estes possam se inserir em domínios discursivos privilegiados.

⁵⁹ THOMPSON, John. Para uma Teoria Social da Comunicação de Massa. In: **Ideologia e Cultura Moderna**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 285-351.

Em termos gerais, quanto menos recursos materiais e simbólicos uma pessoa possuir, menor sua acessibilidade às diversas formas de escrita e fala. Isto é, os indivíduos pertencentes a grupos não-dominantes nada tem a dizer e silenciam quando indivíduos de grupos dominantes discursam. O controle da acessibilidade às diversas formas do discurso e sua reprodução através dos gêneros de comunicação midiática, pode ser analisado “em termos de produção material, distribuição e influência” cognitiva (DIJK, 2008, p. 45). Controlando os canais de distribuição, conseqüentemente, os grupos que controlam a produção e reprodução material do discurso exercerão influência preponderante sobre a escrita e a fala pública.

Esses grupos possuem relativa liberdade e, por essa razão relativo poder para tomar decisões sobre os gêneros do discurso dentro de seu domínio de poder e determinar tópicos, estilo ou forma de apresentação de um discurso. Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque e de que forma. Eles são fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos (DIJK, 2008, p. 45).

Quando, em ACD, se fala em manipulação, está se falando da manipulação das instâncias subliminares de percepção do indivíduo, como modelos mentais, crenças, atitudes e comportamentos sociais. Tal manipulação ocorre pela construção de estruturas discursivas de eventos comunicativos. A consequência que este contexto traz para as relações que indivíduos mantêm entre si e com as instituições de poder social é a construção de “modelos mentais preferidos”, atitudes-padrão nas relações sociais e a configuração de modelos padronizados de cidadania. O poder social exercido através do controle do acesso a eventos comunicativos se dá pelo controle da dimensão do discurso nesses eventos comunicativos, ou seja,

qual modalidade de comunicação pode/deve ser usada, qual variedade linguística pode/deve ser usada, quais gêneros do discurso são permitidos, quais os tipos de atos de fala, ou quem pode iniciar ou interromper turnos de fala ou sequências discursivas (DIJK, 2008, p. 92).

Nas Análises Críticas do Discurso a perspectiva de ideologia é um pouco diferenciada daquela abordada nos estudos tradicionais que, por sua vez, buscam na macroanálise dos contextos sociais as condições de manutenção e exercício da ideologia. Em alguns pontos, ACD e estudos tradicionais compartilham das mesmas idéias quando consideram a compreensão do que venha a ser ideologia.

Apesar da variedade de posturas em relação ao conceito de ideologia, pressupõe-se em geral, que o termo refere-se à “consciência” de um grupo ou classe,

explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo de forma tal que seus interesses [...] materializam-se [...] (DIJK, 2008, p. 47).

A própria ideologia e as práticas que dela derivam são adquiridas, classificadas e organizadas em diversos níveis “por meio de várias instituições como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja” e entre outras instituições não formais como a família (DIJK, 2008, p. 47). Em ACD o ponto de partida para se analisar a ideologia é a tomada desta como uma forma de cognição social⁶⁰. No entanto, isto não significa que a ideologia é composta somente por um conjunto de crenças ou atitudes. Para a ACD “uma ideologia apresenta-se como um complexo sistema de aprendizagem das práticas e representações sociais, ou seja, ela “controla a formação, a transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais como os preconceitos sociais” (DIJK, 2008, p. 48). Assim, a percepção de ideologia a partir das perspectivas da ACD é de que, diferentemente da memória social, que funciona como um repositório de práticas sociais, na qual os indivíduos buscam referências de comportamento e atitudes, a ideologia funciona como uma co-determinadora desses comportamentos e atitudes, com a sofisticação de poder reelaborar comportamentos e atitudes. “Dessa forma, uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que por sua vez, co-determinam as práticas sociais” (DIJK, 2008, p. 48).

A principal via pela qual o poder discursivo se dá é a via persuasiva. A prescrição de comportamentos e atitudes por parte de instituições de poder raramente se faz necessária, ao invés disso, as diversas justificativas de matiz econômica, política, cultural etc., dão o tom do controle e da administração da informação que circula na sociedade. Assim, percebe-se a possibilidade de distorção da realidade social através da seletividade das informações a serem divulgadas.

Outras categorias podem ser arroladas quando se analisam as estruturas e a dimensão do poder. Estas categorias influenciam diretamente os discursos e suas estruturas, são elas,

as várias instituições de poder, as estruturas internas de poder dessas instituições, as relações de poder entre os diferentes grupos sociais e a abrangência ou o domínio do exercício do poder por (membros de) essas instituições ou grupos (DIJK, 2008, p. 54).

⁶⁰ Esta é a perspectiva que diferencia as análises críticas do discurso feita por Teun A. van Dijk de análises feitas por outros autores desse campo de pesquisa, como Norman Fairclough, Günter Kress entre outros (MELO, 2009).

Os membros de tais grupos exercem o poder através de sua fala, recorrendo ao poder simbólico do grupo a qual pertence. Tal recurso mostra o poder exercido pelo membro do grupo “no controle desigual do diálogo, da troca de turnos, dos atos de fala, da escolha de tópicos e de estilo” (DIJK, 2008, p. 55).

Apesar de não haver um campo teórico que objetivasse o estudo das estruturas e processos envolvidos na manipulação, esta se configura em uma noção fundamental para a ACD. Para Dijk (2008, p.234) a manipulação “opera com formas ‘comunicativas’ ou ‘simbólicas’ de interação”. “A manipulação é uma prática comunicativa e interacional na qual um indivíduo ou grupo exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e interesse delas” (DIJK, 2008, p. 234). Caso oportuniza-se o contradiscurso, em que os receptores dos discursos sociais tivessem acesso a informações alternativas e visões diferenciadas dos discursos sociais, a manipulação, por certo, seria um fenômeno legítimo. O cerne do que consiste a negatividade da manipulação está centrado justamente na não oportunização de fontes de informações aos indivíduos sociais. Dessa forma, é extremamente difícil para esses indivíduos resistir ou buscar outros caminhos para a construção da realidade social. Ainda segundo Dijk (2008), acerca dos marcos teóricos sobre a manipulação através do discurso, uma abordagem triangular que contemple o social, o cognitivo e o discursivo, constitui-se a essência nos estudos que visem clarear as situações de manipulação nos diversos campos da interação social.

Ou seja, a manipulação é um fenômeno social – especialmente porque ela envolve interação e abuso de poder entre grupos e atores sociais – é um fenômeno cognitivo, porque a manipulação sempre implica a manipulação das mentes dos participantes e é um fenômeno discursivo semiótico, porque a manipulação é exercida através da escrita, da fala e das mensagens visuais (DIJK, 2008, p. 236).

Para que não se perca em termos de integralidade do campo multidisciplinar que a análise da manipulação envolve, não se recomenda a redução de algumas dessas possibilidades de análise, isto é, o estudo deve contemplar os três campos mencionados por Dijk (2008), sob risco de chegar a resultados parciais e divergentes da realidade pesquisada.

Os estudos de discursos manipuladores prescindem das perspectivas contextuais das sociedades as quais se pretende analisar. Tal estudo está baseado no tipo de controle que determinados grupos poderão exercer sobre outros grupos através do discurso. No entanto, alguns critérios ideológicos de legitimidade precisam ser satisfeitos para que esse tipo de controle se efetive. Nas perspectivas de estudos que se inserem em ACD, a manipulação é

estudada em termos de dominação social e aí está inserido o discurso, mas a manipulação pela qual se fala em ACD é a manipulação de grupos e seus membros, e não a manipulação de atores sociais nas relações interpessoais.

Ademais do que foi exposto acerca das características da manipulação, em ACD manipulação é caracterizada como uma norma social ilegítima. Ilegítima em termos e formas de interação social e outras práticas em que apenas um grupo se beneficie das relações sociais grupais em detrimento de grupos não-dominantes.

Em outras palavras, a manipulação não é (somente) “errada” porque viola as máximas conversacionais ou outras normas e regras de conversação, embora possa ser uma das dimensões da fala e da escrita manipuladoras. [...] Isso significa que a definição não está baseada nas intenções dos manipuladores, nem na maior ou menor consciência dos receptores acerca da manipulação, mas em termos de suas conseqüências sociais (DIJK, 2008, p. 239).

Em poucas palavras, e em termos despretensiosos, “a estratégia global do discurso manipulador é se concentrar, discursivamente, nas características cognitivas e sociais do receptor” (DIJK, 2008, p. 257), assim a manipulação discursiva estará agindo em um campo em que a possibilidade de haver resistências à manipulação dependerá essencialmente dos recursos sociais e psicológicos de cada indivíduo. E dado o contexto social do Brasil é possível prever, mesmo em linhas gerais o resultado dos efeitos da manipulação sobre a população em geral.

No tocante à ACD voltada à comunicação, o pressuposto é de que “a dominação cobre igualmente os vários tipos de abuso de poder comunicativo que são de interesse especial para os analistas críticos do discurso, tais como a manipulação, a doutrinação ou a desinformação” (DIJK, 2008, p. 28). No entanto, se o objetivo da ACD é estudar os desvios de poder e o que ocasiona sua ilegitimidade é preciso “[...] ser muito explícitos sobre as normas, os critérios ou os padrões de legitimidade” (DIJK, 2008, p. 29). Quando falamos da ilegitimidade dos atos discursivos de setores dominantes, nos referimos ao enquadre em termos de “conseqüências mentais negativas da dominação discursiva, isto é, a desinformação, a manipulação, a criação de estereótipos” etc., (op. cit.) e como estas conseqüências negativas podem contribuir para a naturalização das desigualdades sociais.

Embora diante da percepção da relevância da ACD e da multiplicidade de estudos que este pode empreender não se pode esquecer que em cada análise as influências contextuais e as normas e os valores envolvidos na interação discursiva variam de situação para situação, portanto,

podemos concluir que para a prática discursiva precisamos examinar cuidadosamente os contextos, normas, e valores específicos que definem a prática adequada. [...] Podemos falar de uso ilegítimo do poder discursivo, isto é, da dominação, se esse discurso ou suas possíveis conseqüências sistematicamente violam os direitos humanos ou civis das pessoas (DIJK, 2008, p. 32).

Por fim, mesmo com todas as ponderações sobre os estudos que podem ser feitos a respeito da dominação social que pode se dar através do controle discursivo, as conseqüências de atos discursivos não podem ser previstos de antemão, pois se inserem em um quadro da dinâmica social caracterizado por diversas variantes que influenciam nos comportamentos dos indivíduos, assim,

Sabemos da psicologia da compreensão discursiva que os discursos em si são apenas um fator no conjunto complexo de condições que influenciam a compreensão e a interpretação, tais como a leitura, o conhecimento dado e as ideologias dos leitores, suas biografias pessoais e experiências correntes, suas intenções e metas atuais, e seu papel e *status* corrente, e assim por diante (DIJK, 2008, p. 33).

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.2.1 Distribuição Classificatória e a Análise Descritiva

Para a análise discursiva que se pretendeu nessa pesquisa, foi utilizado como um dos caminhos metodológicos possíveis a técnica de Análise de Conteúdo – AC, especialmente no tocante à coleta dos dados. Pois, após revisão de literatura a respeito desta técnica metodológica, percebeu-se que a Análise de Conteúdo se configura em metodologia e técnica adequada à análise de comunicações. Segundo Silva, Gobbi e Simão, “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (2005, p. 73).” Para estudos de grupos minoritários a metodologia AC é importante pelo fato de possibilitar a desconstrução dos discursos em unidades de análises e a reconstrução destes de forma a identificar os pressupostos discursivos do pólo emissor das mensagens midiáticas. Outro fator que influenciou a escolha da AC para a realização da pesquisa é o que pode ser inferido, ainda pelas palavras de Silva, Gobbi e Simão⁶¹ é, ao dizer que “qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, em princípio, ser traduzido pelas técnicas de análise de conteúdo”, e fica mais claro ainda quando afirmam que

⁶¹ Op. cit.

“o método de análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que atores sociais exteriorizam no discurso”⁶².

O processo de coleta e apresentação sistemática dos dados foram feitas em três etapas distintas e desencadeadas, como preconiza a literatura sobre Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2008). Na Pré-Análise foi organizado o material que deveria ser analisado, isto é, de todos os materiais recolhidos pela coleta de dados, assim também como outros materiais que poderiam ajudar a entender melhor o fenômeno e estabelecer o que foi definido como *corpus* da investigação, ou seja, a especificação do campo em que a atenção deveria centrar-se. A Descrição Analítica constituiu-se como a etapa em que o material reunido e constituído como o *corpus* da pesquisa foi mais bem aprofundado, sendo esta atividade orientada a princípio pelas hipóteses e pelo referencial teórico, objetivando com esta análise a construção de quadros de referência, buscando sínteses coincidentes e divergentes de idéias. Por fim, chegou-se à Interpretação Referencial, que representou a fase de análise propriamente dita, ou seja, a reflexão, a intuição com embasamento em materiais empíricos buscando estabelecer relações com a realidade, aprofundando as conexões das idéias, chegando se possível a uma proposta básica de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais dos condicionantes sociais (BARDIN, 1977).

4.2.1.1 Operacionalização da Coleta de Dados

A operacionalização da etapa de coleta se desenvolveu utilizando a AC, de acordo com os procedimentos recomendados por Laville & Dione *apud* Silva, Gobbi e Simão (2005, p. 75-76), no entanto, as orientações teóricas precisaram ser delineadas de antemão para orientar o processo de coleta e aparecem estruturadas no quadro a seguir.

⁶² Op. cit.

PREMISSAS TEÓRICAS	PROBLEMA DE PESQUISA	OBJETIVO	RECORTE TEMPORAL
<p>O indivíduo necessita da relação com outros para que a realidade seja compartilhada e é através do discurso e da ação que esse compartilhamento se efetiva. Ao anunciar-se por meio do discurso e iniciando novos processos através da ação, é possível a identificação dos requisitos básicos à constituição da cidadania pelo reconhecimento da condição humana para exercê-la. No Brasil, percebemos um desvirtuamento dessa condição, pois o indivíduo busca caminhar socialmente construindo uma rede de sociabilidades em que as relações pessoais se revelam como o mecanismo principal de construção da realidade. Dessa forma, tem-se as condições necessárias para a naturalização de ideais de cidadania onde terá mais condições de inclusibilidade aqueles indivíduos que reunirem características concernentes à constituição de um <i>habitus</i> social elevado, em detrimento de indivíduos que vivem na precariedade de condições sociais e carentes das características de inclusibilidade mencionadas acima.</p>	<p>O discurso social veiculado diariamente pelos meios de comunicação reflete o <i>habitus</i> social a vigorar em sociedades periféricas de modernidade recente, como o Brasil. O problema a nortear esta pesquisa refere-se à busca de uma confrontação entre a concepção de cidadania veiculada por textos jornalísticos sobre o acidente radiativo de Goiânia e seus desdobramentos a partir de então, de um lado, e de outro as concepções de cidadania construídas no referencial teórico do trabalho, a respeito do que pode ser considerado como exercício da cidadania em sociedades periféricas, buscando a presença ou ausência de um modelo de representação da cidadania nas temáticas encontradas, levando-se em consideração os referenciais analítico-crítico-discursivo sobre a apropriação dos resultados da pesquisa por parte dos setores não-dominantes da sociedade.</p>	<p>O objetivo da pesquisa é buscar as concepções de cidadania embutidas nos discursos que os meios de comunicação impressa veicularam sobre as vítimas do acidente com Césio-137 em Goiânia nos momentos iniciais do acidente. Confrontando em seguida, estas concepções com as concepções delineadas no referencial teórico <i>a priori</i>. Investigando a confirmação ou a negação de que há uma espécie de cidadania em sociedades periféricas, especificamente brasileira, em que o discurso não é do indivíduo, mas daqueles detentores do poder simbólico, que discursam em nome de grupos socialmente não-dominantes.</p>	<p>Para a situação acima foi delimitado um período de tempo cronológico. Utilizou-se o tipo de amostragem não-probabilístico de semanas compostas, situação em que foi escolhida a primeira semana de referência no dia 30 de setembro de 1987 e as semanas seguintes até 30 de novembro, quando se completou a oitava semana e o período crítico do acidente havia chegado ao fim. Foram considerados como universo de análise as publicações veiculadas nas edições dos seguintes jornais diários: O Popular, Diário da Manhã, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, Jornal de Brasília e Correio Brasiliense, com o objetivo de assegurar uma coleta de dados baseada em fontes diversas daquelas publicadas na capital sobre o acidente com o Césio-137.</p>

Quadro 2 - Planejamento das Atividades de Coleta dos Dados.

A quantidade de publicações encontradas e a representatividade de cada uma no universo de publicações coletadas estão distribuídas a seguir no quadro abaixo⁶³:

Publicação	Quantidade	Representatividade (%)
Correio Brasiliense	16	8,20
Diário da Manhã	38	19,48
Folha de São Paulo	23	11,79
Jornal de Brasília	01	0,51
Jornal do Brasil	41	21,02
O Popular	76	38,97
Total	195	100

Tabela - Quantitativo e Representatividade das Publicações no Universo Coletado.

4.2.1.2 Organização dos Dados por Categorias Analíticas

Na fase seguinte à coleta, alguns procedimentos iniciais foram necessários. Quais foram, o Recorte de Conteúdo, nesta fase a análise dos conteúdos coletados e organizados passaram primeiramente pela etapa do recorte temático, no qual os relatos foram decompostos para em seguida serem recompostos, expressando assim sua significação. Os recortes deveriam alcançar um sentido de maior profundidade do conteúdo ou, ainda, passar bastante próximo das idéias basilares dos fragmentos recortados. “Os elementos assim recortados se constituíram em unidades de análise, ditas também unidades de classificação ou unidades de registro” (LAVILLE & DIONNE apud SILVA, GOBBI E SIMÃO, 2005, p. 76). As unidades se consistiram em fragmentos dos discursos veiculados, como palavras, expressões, frases ou ainda idéias referentes aos temas recortados; depois de pronto o recorte de conteúdo, passamos para a Definição das Categorias analítica. Nessa fase, os elementos de conteúdo agrupados por contigüidade de sentido, foram organizados sob as devidas categorias analíticas, tal procedimento se deu de acordo com o Modelo Misto, onde se tem categorias elaboradas *a priori*, mas estas podem mudar no decorrer do processo de distribuição dos dados com seus recortes conceituais nas classes categóricas inicialmente constituídas. Depois de concluída a segunda fase, chegou-se à categorização final das unidades de análise, momento no qual foi feita uma análise reconsiderando-se a alocação dos conteúdos e sua distribuição nas classes categóricas previamente definidas. Este processo permitiu uma análise mais aprofundada dos recortes com base nos critérios conceituais definidos e delimitados. Tratou-se de considerar uma a uma as unidades à luz dos critérios gerais de análise para escolher a categoria que convém melhor a cada uma (LAVILLE & DIONNE apud SILVA,

⁶³ Segue anexo amostragem das matérias coletadas sobre o acidente radiativo de Goiânia.

GOBBI E SIMÃO, 2005). A categorização final das unidades de análise ficou assim distribuída após a alocação destas:

<p>1. NOTÍCIAS SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS DIRETAS DO ACIDENTE (TRATAMENTO, TRANSFERÊNCIAS PARA DIFERENTES HOSPITAIS, OS PROCEDIMENTOS DO ENTERRO APÓS A MORTE DAS VÍTIMAS DIRETAMENTE ENVOLVIDAS)</p>
<p>a. Transferências das vítimas para hospital do Rio de Janeiro e retorno à Goiânia de acordo com quadro clínico individual;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chegada de mais vítimas ao Hospital Naval Marcílio Dias no Rio de Janeiro (piora no quadro clínico destes pacientes); • Retorno a Goiânia de vítimas que estavam internadas no Hospital Naval Marcílio Dias no Rio de Janeiro (melhora no quadro clínico destes pacientes).
<p>b. Acompanhamentos do estado de saúde das vítimas até as primeiras mortes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Piora estado de saúde de 3 pacientes internados no hospital do INPS em Goiânia; • Estado de saúde das vítimas diretamente contaminadas é gravíssimo; • Quadro clínico de pacientes internados no Rio de Janeiro estabiliza, porém, ainda é grave; • Quadro clínico de pacientes internados no Hospital Geral de Goiânia e no Hospital Naval Marcílio Dias no Rio de Janeiro apresenta discreta melhora.
<p>c. Mortes das vítimas e os desdobramentos e procedimentos posteriores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Morrem duas primeiras vítimas do acidente radiativo de Goiânia, Maria Gabriela Ferreira e Leide das Neves Ferreira; • Necropsia dos corpos das primeiras vítimas fatais será realizada por médicos da UNICAMP; • Preparado enterro das duas primeiras vítimas fatais do acidente radiativo de Goiânia; • Lurdes das Neves Ferreira mostra-se bastante transtornada ao receber a notícia da morte da filha, Leide das Neves Ferreira; • Médicos e legistas alegam preocupação em relação à necropsia dos corpos de Leide das Neves Ferreira e Maria Gabriela Ferreira; • Médicos e legistas explicam o processo de necropsia realizado nos corpos de Leide das Neves Ferreira e Maria Gabriela Ferreira; • O retorno à Goiânia dos corpos de Leide das Neves Ferreira e Maria Gabriela Ferreira, caracterizado por desencontros das informações entre a Polícia Federal e a Aeronáutica, o que causou atraso no embarque para Goiânia; • Moradores vizinhos ao cemitério Parque se organizam para impedir o enterro das duas primeiras vítimas do acidente radiativo de Goiânia; • Sob protestos e manifestações da população vizinha ao cemitério Parque, as duas primeiras vítimas do acidente radiativo de Goiânia são enterradas; • Morre de parada cardiorrespiratória a 3ª vítima do acidente radiativo de Goiânia, Israel Batista dos Santos; • Revolta e tristeza da família de Israel Batista dos Santos ao saber de sua morte pela televisão; • Preconceito, desinformação e discriminação contra a família de Israel Batista dos Santos, 3ª vítima fatal do acidente radiativo de Goiânia; • Morre 4ª vítima do acidente radiativo de Goiânia.
<p>2. NOTÍCIAS CORRELATAS AO ACIDENTE (DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DO ACIDENTE A CURTO E MÉDIO PRAZO E O ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO DE GOIÂNIA NESTES DESDOBRAMENTOS)</p>
<p>a. Desdobramentos Políticos (ações do governo estadual e seus reflexos em relação a outras instâncias sociais como esfera federal de governo e entidades da sociedade civil)</p>

- Secretário de Saúde Antonio Faleiros afirma ser infundada a informação de que o governo do estado ocultou a divulgação do acidente radiativo de Goiânia, no sentido de não comprometer prova do campeonato mundial de motociclismo, realizada em Goiânia;
- Parlamentar do PMDB propõe audiência na Assembléia Legislativa com Secretário Estadual de Saúde e Coordenado da CNEN para esclarecimentos à população, Câmara Municipal propõe audiência similar;
- Governo do Estado de Goiás contesta acusações de que seria responsável pelo acidente radiativo de Goiânia, declaradas por setores do Governo Federal;
- Reunião no Palácio das Esmeraldas, com físicos da Sociedade Brasileira de Física, Reitor da Universidade Federal da Goiás e o Governador Henrique Santillo para debaterem sobre o acidente radiativo de Goiânia;
- Várias instituições do estado de Goiás se unem para formar uma comissão – Comago – para resgatar a imagem do estado após o acidente radiativo;
- Presidente da Associação de Médicos de Goiás convoca assembléia geral para discutir situação dos médicos que trabalham no HGG, onde estão internados 10 pacientes contaminados pelo acidente radiativo de Goiânia;
- Secretário Estadual de Saúde, Antonio Faleiros, rebate críticas feitas pelos presidentes da Associação Médica de Goiás e Sindicato dos Médicos, sobre a má condução dos procedimentos referentes à descontaminação e tratamento das vítimas do acidente radiativo de Goiânia;
- Imprensa em nota de página inteira se defende de acusações de sensacionalismo por parte de setores do Governo do Estado;
- Governador Henrique Santillo cobrará do Presidente José Sarney ressarcimento das despesas que o estado de Goiás teve com o acidente radiativo. Governador faz queixas à CNEN pela demora na retirada do material radiativo de Goiânia;
- Deputados Estaduais manifestam-se sobre o acidente radiativo de Goiânia, cobrando providências mais efetivas e elogiando a atuação do governo estadual;
- Comissão de Deputados do Rio de Janeiro e de São Paulo se reúnem com o Governador Henrique Santillo e se solidarizam com as vítimas do acidente radiativo de Goiânia;
- O jornalista e Deputado Federal (PV-SP), Fernando Gabeira, participa de debate na Assembléia Legislativa de Goiás e fala da necessidade de mais esclarecimentos à população e comenta sobre a atuação da imprensa na cobertura do acidente;
- Governador do estado do Pará recusa sugestão do presidente da CNEN de que os rejeitos do césio-137 sejam depositados na Serra do Cachimbo, naquele estado.

b. Desdobramentos Sociais (reflexos dos desdobramentos do acidente junto à população da cidade de Goiânia e as implicações sociais fora do contexto da cidade)

- Acidente causado por rompimento de cápsula contendo césio-137 provoca contaminação de 4 pessoas;
- Físico José Júlio Rosenthal Declara que vítimas do acidente poderão ter graves seqüelas e que médicos da CNEN tem preparo suficiente para atuar nesse tipo de acidente e, inclusive, atender as vítimas graves;
- Desinformação e contradição nas declarações das autoridades geram medo e apreensão na população em diversos pontos da cidade;
- Moradores da região de Guapó, Abadia de Goiás, Posselândia e adjacências protestam contra a possibilidade de os rejeitos radiativos do césio-137 serem abrigados nessa região e fecham trechos da rodovia BR-060 em vários pontos;
- Câmara dos Dirigentes Lojistas de Pernambuco manifestam solidariedade ao povo goiano e em especial ao lojistas goianos pelo acidente radiativo;
- Reunião SENAI/Empresas é transferida para Brasília sob a legação de que participantes resistiram a vir para Goiânia;
- População de áreas mais pobres e periféricas sofre com desinformação e estão à margem dos acontecimentos da cidade;
- População de Bela Vista de Goiás se mobiliza contra a possibilidade de receber os rejeitos radiativos em fazenda situada a 16 km daquela cidade;
- Delegações de 51 cidades do interior de Goiás confirmam presença nas comemorações do aniversário de Goiânia;
- Discriminação e medo gerados em parte pela desinformação e parte pela má gestão da comunicação entre órgão governamentais e a população em geral afetam cidadãos goianos em diversas partes do país;
- Número de ligações para o serviço de atendimento do INPS cai e se restringe a informações pontuais sobre atestados e averiguação de denúncias feitas pela população;
- Deputado Estadual propõe sanções penais a todos estabelecimentos turísticos, comerciais e empresariais que

<p>discriminarem cidadãos ou produtos de origem do estado de Goiás;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cantores de renome nacional se apresentam em Goiânia por campanha contra discriminação pelo acidente radiativo; • Medo e desinformação da população sobre a contaminação com césio em diversas falas dos moradores de Goiânia; • Discriminação de alunos por parte de colegas, professores e funcionários da escola por residirem próximo a locais contaminados; • Pânico e desinformação da população moradora das imediações dos locais contaminados por césio; • Discriminação de cidadãos goianienses em diversas partes do Brasil e denúncias de equívocos nas publicações de cobertura nacional sobre o acidente radiativo de Goiânia; • Discriminação contra pessoas que tiveram contato com vítimas diretas ou eram vizinhas de locais contaminados aumenta em Goiânia; • Contradição em diversas informações divulgadas gera confusão na população e na imprensa; • Cronologia e desdobramentos dos fatos relativos ao acidente contados de forma romancada; • Iniciado os preparativos para o cadastramento e monitoração de cerca de 5 mil pessoas vizinhas aos principais focos de contaminação radiativa do acidente de Goiânia; • Governador Henrique Santillo pede mobilização do governo federal para esclarecer a população do país sobre o preconceito que vem ocorrendo contra a cidade de Goiânia e seus cidadãos por parte da população de outros estados.
<p>c. Desdobramentos Diversos (desdobramentos indiretos do acidente radiativo de Goiânia mas que, no entanto, foram considerados correlatos à ele)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ex- secretário estadual de saúde afirma não ter conhecimento do fato de que havia um aparelho de radioterapia abandonado no prédio do antigo IGR; • Histórico do acidente mostrado cronologicamente; • Acidente radiativo de Goiânia recebe ampla cobertura da mídia impressa nacional; • CNEN sugere que lixo atômico de cada estado seja guardado em seus respectivos territórios, o que causou discussão; • Prefeitura de Volta Redonda, RJ, inicia fiscalização de aparelhos radionucleares nesta cidade; • Governo do estado do Rio de Janeiro busca recursos para construção de infra-estrutura de escoamento da população no caso de acidente nuclear na usina de Angra dos Reis; • Missa celebrada pelo arcebispo de Goiânia foi o único evento em comemoração ao aniversário de Goiânia; • CNEN falta à reunião marcada com representantes de associação de moradores de vários morros situados próximos à COPPE-UFRJ, no Rio de Janeiro; • Físico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul critica atuação da CNEN no acidente radiativo de Goiânia; • Médico norte-americano faz proposta de vigilância de 5 mil vítimas do acidente radiativo de Goiânia, porém, afirma que risco para essas pessoas é insignificante; • Divulgado resultados das análises sobre o impacto ambiental do acidente radiativo de Goiânia, nada grave foi encontrado; • Ministro da Saúde informa que as vigilâncias sanitárias estaduais ficarão responsáveis pela fiscalização de aparelhos radioterapêuticos existentes no país.

Quadro 3 – Categorização Final das Unidades de Análise.

Os índices teóricos que serviram para fundamentar a fase de Interpretação Referencial foram estabelecidos a partir definição das categorias baseadas em referenciais de Espaço de Aparência, Ação e Discurso, Dissociação da Ação e Inversão Ação/Fabricação, de acordo com leituras em Hannah Arendt; *Habitus* Social e suas respectivas situações de precariedade social até situações de distinção social baseadas na inclusão estética, utilizando conceitos como Ideologia Meritocrática e *Habitus* Social, a partir de Jessé Souza e; Referenciais analítico-crítico-discursivo como comprometimento da pesquisa na postura de

descortinar situações de dominação e internalização de desigualdades sociais. Tal postura engloba, principalmente, os conceitos de Acesso Discursivo e Manipulação. Essas categorias podem ser melhor compreendidas a partir da leitura do quadro a seguir:

REFERENCIAIS ARENDTIANOS	REFERENCIAIS DE <i>HABITUS</i> SOCIAL	REFERENCIAIS ANALÍTICO-CRÍTICO-DISCURSIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de Aparência: localiza-se entre as pessoas que vivem juntas no agir e no falar; O que deixa de comungar desse espaço de aparência não deixa de pertencer ao mundo humano, mas torna-se algo desprovido de realidade; • Ação e Discurso: Medeiam as relações humanas; Ação acontece entre os homens e a eles é direcionada; É na ação e no discurso que os homens se manifestam como homens e não apenas como objetos físicos; Sem o discurso a ação não teria seu caráter revelador dos agentes; Sem a ação o discurso perde seu caráter específico, tornando-se mera conversa, e neste caso as palavras nada revelam; Para que haja ação e discurso é necessário que haja pluralidade humana; • Dissociação da Ação: Diferenciação entre aqueles que iniciam a ação e aqueles que executam a ação; O que sabe não precisa executar e o que executa não precisa conhecer; • Inversão Ação/Fabricação: Introdução das características da ação na relação do homem com a natureza (irreversibilidade e imprevisibilidade); Introdução das características da fabricação na teia de relações humanas; Impossibilidade de uso dos remédios da ação na relação homem-natureza (prometer e perdoar); Uso de meios determinados para fins premeditados na política. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ideologia Meritocrática: Tentativa de elaboração de um princípio único, para além da mera propriedade econômica, a partir do qual se constitui a mais importante forma de legitimação da desigualdade no mundo contemporâneo; Não apenas premia a capacidade de desempenho objetivo, mas também legitima o acesso diferencial permanente a oportunidades na vida e a apropriação de bens escassos; Apenas a combinação da tríade meritocrática (qualificação, posição salário) torna o indivíduo um “cidadão completo” também reconhecível; • Habitus Social: Proposta de Identificação da mediação entre indivíduo e sociedade; Instância de mediação entre os fatores condicionantes da vida social e as subjetividades concernentes aos indivíduos; Sistema de disposições dinâmicas em constantes ajustamentos, sofrendo mutações a partir de diferentes enfrentamentos sociais; Internalização dos princípios de desempenho, aceitação de condições de precariedade como legítimas, naturalizadas e decorrentes de fracasso pessoal, tanto por parte de setores sociais meritocraticamente incluídos, quanto por parcelas populacionais socialmente excluídas 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso Discursivo: Participação ativa na elaboração contenedora dos discursos e das formas discursivas; Quanto menos recursos materiais e simbólicos uma pessoa ou um grupo possui, menor sua acessibilidade às diversas formas de escrita e fala; Controlando canais de distribuição, grupos dominantes controlam a produção e reprodução material do discurso, exercendo influência sobre a escrita e a fala pública; O poder social exercido através do controle do acesso a eventos comunicativos se dá pelo controle do discurso nesses eventos comunicativos. • Manipulação: É uma prática comunicativa e interacional na qual um indivíduo ou um grupo exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade ou interesse delas; Manipulação em ACD consiste na manipulação das instâncias subliminares de percepção do indivíduo, como modelos mentais, crenças, atitudes e comportamentos; A centralidade do que consiste a negatividade da manipulação está na não oportunização de fontes de informação alternativa aos indivíduos sociais, dessa forma é dificultada a elaboração de outros caminhos para a construção da realidade social.

Quadro 4 - Índices Teóricos para Interpretação Referencial.

CAPÍTULO 5**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória das vítimas do acidente radiativo de Goiânia mostrou-se trágica durante os 22 anos subsequentes ao ocorrido. Porém, foi possível perceber que o acidente revelou mais que perdas materiais e humanas, ele representou a manutenção de situações de desigualdade e construção de subcidadania, como será visto neste capítulo através da discussão de diversas categorias analíticas.

O espaço de aparência existe quando homens estão juntos no agir e no falar. As vítimas diretamente envolvidas no acidente radiativo de Goiânia passaram por um processo de transportes entre a capital do Estado e a cidade do Rio de Janeiro, na maior parte do tempo estiveram juntas e foram responsáveis pelo desencadeamento de diversas ações. No entanto, essas ações representaram, através das notícias nos jornais impressos, a protagonização do indivíduo que passa a ter visibilidade nos canais midiáticos. Essas vítimas constituíram um grupo reunido em um espaço de visibilidade, mas não o espaço de visibilidade compreendido por Hannah Arendt, pois não deixaram de compartilhar a visibilidade do mundo humano, mas em momento algum estiveram reunidos no agir e no falar. O espaço de visibilidade a que estiveram expostos foi marcado pela exposição das vidas individuais de forma capitular. Em todas as publicações coletadas referente às vítimas foi possível perceber a ampla visibilidade que foi concedida ao acompanhamento do estado de saúde das pessoas diretamente contaminadas. Diariamente foi publicado, quadro a quadro, o desenvolvimento físico e psicológico de cada um dos internados. Alguns, lentamente, conseguiram se recuperar e voltar à Goiânia para continuar o tratamento, outros não tiveram a mesma sorte e pereceram, sendo enterrados como “anti-heróis”. Ao serem representadas como objetos desprovidos de realidade, as vítimas passaram a ser identificadas como ameaças à integridade da cidade, tendo, inclusive os parentes sofrido com a discriminação e o preconceito por parte de vizinhos e também de outros parentes. A convivência, o agir e o falar nessas circunstâncias não constituíram o espaço de visibilidade necessário à condição humana de compartilhamento da realidade, ou seja, a pluralidade humana. Sem a capacidade de iniciar novas ações e sem a possibilidade de se anunciarem como agentes, esses indivíduos se manifestaram não como homens, mas como objetos físicos. As relações humanas, nesse caso, não foram mediadas pelas categorias essenciais à constituição do que entendemos como o compartilhamento da realidade, a pluralidade humana. Desvinculados da possibilidade de autonomia do indivíduo que busca a excelência humana no espaço de visibilidade, as vítimas do acidente radiativo de

Goiânia não deixaram de pertencer ao mundo humano, entretanto, deixaram de compartilhar a realidade humana, existindo apenas no espaço de visibilidade midiática.

Apesar de mediar as relações entre os diversos atores envolvidos no acidente, sejam vítimas, sejam autoridades políticas e da sociedade civil, a ação e o discurso preconizados como categorias que asseguram ao indivíduo a possibilidade de iniciar novas ações que incidirão sobre uma teia de relações já existente e, concomitantemente, anunciando-se através do discurso, foram utilizados de maneira esvaziada de seus conteúdos essenciais. Em todo o processo dos desdobramentos políticos, os discursos dos principais atores políticos não foram além da mera discursividade, as palavras proferidas não foram precedidas e nem sucedidas por ações efetivas. Os representantes de setores organizados da sociedade civil proferiam discursos desvinculados de ações efetivas, o que por sua vez tornou o discurso vazio de anúncio de novas ações. As ações foram realizadas em outro pólo da sociedade, o caráter essencial e sistematizador da conjunção entre ação e discurso é justamente a união entre essas duas categorias, entretanto, nas relações de poder na sociedade contemporânea, ação e discurso estão dissociados. Aquele que discursa anuncia-se como agente de determinada ação, contudo, não precisando executá-la. Com efeito, outros executarão ações que não iniciaram, ou não anunciaram. Percebe-se assim, a dissociação entre aqueles que iniciam a ação e aqueles que executam a ação, isto é, aquele que conhece não precisa executar e aquele que executa não precisa conhecer. Outro ponto a considerar sobre as instâncias políticas no acidente radiativo de Goiânia é o que podemos chamar de inversão Ação/Fabricação, onde a atuação política não se apresenta mais como resultado de ação e discurso no espaço de visibilidade, mas apresenta-se como a fabricação de resultados, onde há a transposição da relação homem x natureza para a relação entre os homens. Neste contexto o princípio de meios e fins tornou-se a maneira de fazer política, e a *performance* a maneira de buscar o convencimento no espaço de visibilidade, que agora é midiático. Noticiados sempre em alguma atitude específica, os agentes políticos aparecem nas publicações como guardiões de alguma causa específica dentro do escopo de problemas causados pelo acidente radiativo. Sempre propondo comissões de investigação, reuniões para discussão de alguma medida a tomar, convocações para esclarecimentos, atos de solidarização. Em termos práticos e efetivos, nenhuma dessas atitudes da classe política surtiu efeitos em longo prazo. No entanto, está registrado nos jornais da época quais agentes políticos e quais setores da sociedade civil se manifestaram a favor daqueles que foram mais prejudicados com o acidente radiativo. Esses acontecimentos nos levam a crer no que Hannah Arendt afirma quando esclarece o uso de meios determinados para fins premeditados na política.

Em apenas três situações a população se organizou e protestou/reivindicou atenção das autoridades governamentais para uma demanda específica. Na primeira situação, moradores vizinhos ao cemitério Parque, em Goiânia, tentaram, através de mobilização relativamente agressiva, impedir o sepultamento das primeiras vítimas fatais do acidente. Em outra situação, fazendeiros e sitiantes da região de Guapó, Abadia de Goiás, Posselândia e distritos adjacentes fecharam a BR-060 por algumas horas, impedindo o tráfego de veículos para a região sudoeste do Estado de Goiás. Uma terceira mobilização aconteceu em Bela Vista de Goiás, quando moradores se organizaram para impedir que os rejeitos radiativos do acidente fossem armazenados numa fazenda situada a 16 km daquela localidade. Ademais dessas três situações, o que se viu nas publicações coletadas foi a dependência da população em relação às informações prestadas por órgãos governamentais, em algumas situações a própria imprensa ficou dependente dessas informações, que muitas vezes geraram confusão e desorientação. De acordo com as temáticas encontradas, pânico, medo e desorientação foram os sentimentos mais recorrentes entre a população da capital. Como os discursos sobre a resolução das demandas do acidente ocorriam em outra instância de visibilidade, os indivíduos que não possuíam os requisitos de “produtor útil”, entre as quais a capacidade de articulação de um raciocínio complexo para compreender os diversos fatores relacionados ao acidente, ficaram fora dos desdobramentos das principais ações empreendidas por setores da classe política e de setores organizados da sociedade civil. O que restou foi sofrimento gerado pela insegurança de não se saber o que de fato acontecia na cidade. Em algumas falas de moradores das regiões periféricas de Goiânia, publicadas no jornal Diário da Manhã⁶⁴, percebeu-se que o pânico, o medo e a desorientação estiveram presentes o tempo todo quando os moradores dessas regiões construíram as suas respectivas versões da realidade. Através das falas desses moradores foi possível compreender que, o que de fato acontecia só era possível entender quando setores detentores de capital intelectual e de poder simbólico de conhecimento se dispunham a explicar o que estava ocorrendo. No entanto, a explicação recorrente foi: “está tudo sob controle, podem ficar tranquilos”.

Nessa situação de dependência de explicação de situações complexas, em que no máximo era possível compreender que “radiação faz mal”, os indivíduos meritocraticamente incluídos (por suas qualificações, obtidas pelo ensino formal; posições, que ocupam na estrutura social, seja em cargos políticos, seja ocupando cargos em instituições de cunho científico; salário, decorrente diretamente das duas categorias anteriores) eram os únicos

⁶⁴ Diário da Manhã, 04 de outubro de 1987.

“habilitados” a compreenderem o real significado do que estava acontecendo. Na configuração desse contexto, a dependência da população em relação a uma elite construída pela ideologia meritocrática, foi construindo gradativamente a internalização da desigualdade desde o início dos fatos do acidente. A ação de uma elite que discute entre si os melhores caminhos a seguir e, em sua maioria, deixa a população desinformada, mostra a construção de subcidadania em sociedades periféricas, especificamente em uma sociedade de modernização recente e recém saída de um período de ditadura militar, como no caso brasileiro.

Durante a cobertura jornalística do acidente radiativo de Goiânia, ao menos dentro do período compreendido pela pesquisa, o acesso discursivo aos meios de comunicação foi concedido em maior escala a setores dominantes da sociedade. A participação de setores não dominantes e dos indivíduos pertencentes a estes setores (vítimas diretas e indiretas, moradores da periferia da cidade, etc.) na construção dos discursos sobre o acidente radiativo foi quase nula. Apenas em algumas situações pontuais o acesso discursivo dos indivíduos que não pertenciam à elite simbólica e material da cidade era possível. Principalmente situações em que o jornal impresso precisou ilustrar o sentimento da população, com o discurso dela mesmo, em relação ao acidente. O que marca o acesso discursivo na cobertura jornalística do acidente radiativo de Goiânia é que os indivíduos representantes de grupos dominantes socialmente, com maior capacidade de mobilização simbólica e material tiveram maior espaço e visibilidade nos jornais, políticos, representantes de entidades de classe e setores organizados da sociedade civil, cantores de renome nacional, atores famosos, empresários e todos aqueles que de uma maneira ou de outra poderiam, por seus recursos e pertencimentos, controlar o discurso e a fala pública. Como é sabido que a manipulação na perspectiva dessa pesquisa se dá através do controle discursivo da fala pública e busca atingir modelos mentais de indivíduos, atuando na resignificação da realidade, constituindo assim, um *habitus* social marcado precariedade, o controle discursivo público sobre o acidentes radiativo de Goiânia levou a crer que os fatos ocorridos foram acidentais, pois assim compreendido e internalizado não poderia haver culpados. As publicações trataram do ocorrido e dos desdobramentos posteriores como uma tragédia fortuita, e se houvesse algum culpado, poderia ser aqueles indivíduos que desafortunadamente “invadiram propriedade privada” e “furtaram” algo que não lhes pertencia.

Uma ressalva merece ser feita em relação à atuação do Governador do Estado de Goiás na época do acidente, Dr. Henrique Santillo, para recuperar a imagem do Estado de Goiás e, principalmente, da cidade de Goiânia, junto à população de outros estados e combater a discriminação que cidadãos goianos vinham sofrendo. Ademais de ser atitude

digna e louvável, o núcleo do discurso governamental sobre essa ação específica envolvia a recuperação da imagem de produtor econômico do estado. Foram evidenciados na mídia impressa as perdas de vários setores econômicos, fato ilustrado pelos depoimentos de empresários e comerciantes da capital e do interior do estado. A faceta da recuperação da imagem social foi pouco mostrada, a discriminação interna à cidade de Goiânia quase não foi discutida, quando muito ocorriam “mobilização para esclarecimentos à população”.

Um dos argumentos da manipulação em ACD é a não oportunização de fontes diversas de informação. À época do acidente radiativo de Goiânia, a fonte de informação predominante foi o jornal impresso, e em menor escala o periódico semanal. Pela permanência das publicações através do tempo e a acessibilidade junto às camadas mais pobres da população, o jornal impresso foi a fonte principal de informação e o canal quase exclusivo de discussão que a população possuía para se informar à época do acidente. Portanto, é possível perceber o potencial de controle discursivo que este meio de comunicação apresentou nesse caso, e ainda apresenta hoje em eventos comunicativos.

Em essência, o que se buscou foi articular a maneira com que se constrói a cidadania em sociedades periféricas como o Brasil, principalmente através dos meios de comunicação, visto que durante o processo de construção teórica do trabalho, um conceito possível de cidadania sempre escapava entre as clivagens das diversas teorias abordadas. Uma solução, que posteriormente se mostrou bastante interessante de ser pensada, foi a vinculação da existência de cidadania às condições humanas de existência. Para que haja de fato cidadania é preciso que haja homens vivendo em comum e que a realidade seja o compartilhamento da pluralidade humana, ou seja, apesar de serem iguais nas atividades laborativas de manutenção do corpo e perpetuação da espécie, todo homem é único e carrega para sempre esse caráter de unicidade. E a partir do momento histórico que a capacidade discursiva do homem passou a ser mediada e ampliada tecnicamente, ampliou-se também a possibilidade de dominação de grupos hegemônicos sobre minorias que não possuem o mesmo acesso discursivo que os detentores do capital simbólico e material na modernidade. Assim, quando o discurso e a ação dos indivíduos são substituídos pelo discurso ideológico que prega o desenvolvimento econômico e o desempenho pessoal como caminhos para a inclusão cidadã através dos meios de comunicação, cria-se em sociedades de modernização periférica uma classe de pessoas que nascem, vivem e morrem na precariedade de condições, pois internalizaram a desigualdade social como norma, visto que legitimada pela ideologia meritocrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO ACIDENTE DO CÉSIO-137. **II Dossiê: radioatividade – Césio-137**. Goiânia: Associação das Vítimas do Acidente do Césio-137, 1993.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, Minorias e Mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: _____; PAIVA, Raquel (Org.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 25-39.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERQUEIRA, Laerte; LUCENA, Ivone Tavares de. Jornalismo Impresso: memória, história e a reinvenção do real sob a ordem do discurso. **Rev. De Letras**, v. 1/2, n. 27, jan./dez., 2005.

CHAVES, Elza Guedes. **Atos e Omissões: acidente com o Césio-137 em Goiânia**. 1998. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

CORREIA, Adriano (Org.). **Hannah Arendt e A Condição Humana**. Salvador: Quarteto Editorial, 2006.

_____. **Hanna Arendt**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

CORTEZ, Glauco Rodrigues. A Mídia como Espaço Público Não-Estatal. **Comunicação e Espaço Público**, ano 9, n. 1 e 2, p. 87-96, 2006

COSTA, Iêda Rubens. **O Acidente Radiológico de Goiânia e suas Implicações Legislativas**. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DIJK, Teun A van. Discurso e Dominação: uma introdução. In: _____ **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 09-37.

_____. Estruturas do Discurso e Estruturas do Poder. In: _____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008. pág. 39-85.

_____. Discurso, Poder e Acesso. In: _____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 89-111.

_____. Análise Crítica do Discurso. In: _____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-154.

_____. Discurso e manipulação. In: _____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 234-263.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, DF: Plano Editorial, 2003.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**: sentidos e formas de uso. Parede, Port.: Principia Editora, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. Análise do Discurso e/ou análise de conteúdo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 76-88, jun. 2003.

LIMA, Venício A. de. Comunicação, Poder e Cidadania. **Rastros – Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação**, ano 7, v. 7, p. 8-16, out. 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

LUSTOSA, Elcias. **Arte e Sucesso na Televisão**. Brasília: Editora UnB, 2002.

PÁDUA, Elza. Comunicação e Espaço Público. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 1, n. 2, p. 173-200, nov. 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História da Cidadania. 2. ed. São Paulo Contexto, 2003.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A Teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, 2002. pág. 60-70.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O Uso da Análise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. Rurais Agroid.**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. A Gramática da Desigualdade Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 54, p. 79-97, 2004.

_____. **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA LEIDE DAS NEVES FERREIRA. **Histórico do Acidente Radiativo de Goiânia**. 2007. Disponível em:

<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_254_historiadoacident.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2010.

THOMPSON, John. Para uma Teoria Social da Comunicação de Massa. In: _____.
Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 285-351.

VIEIRA, Liszt. Cidadania, Espaço Público e Sociedade Civil. In: _____. **Os Argonautas da Cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 30-89.

_____. A Invenção da Cidadania. In: _____. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 15-41.

APÊNDICE

APÊNDICE – ÍNDICE CLASSIFICATÓRIO DAS PUBLICAÇÕES COLETADAS

1. NOTÍCIAS SOBRE AS VÍTIMAS	
a. Transferências das vítimas (Goiânia - Rio/Rio - Goiânia);	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	02/10/1987; 27/11/1987;
Diário da Manhã	02/10/1987;
Folha de São Paulo	01/11/1987; 29/11/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	20/10/1987;
O Popular	06/10/1987; 20/10/1987; 04/11/1987; 25/11/1987;
b. Estado de saúde das vítimas;	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	02/10/1987;
Diário da Manhã	01/10/1987; 07/10/1987;
Folha de São Paulo	07/10/1987; 12/10/1987; /29/10/1987; 01/11/1987; 02/11/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	09/10/1987; 25/10/1987; 26/10/1987; 27/10/1987; 28/10/1987; 29/10/1987; 14/11/1987;
O Popular	06/10/1987; 17/10/1987; 20/10/1987; 11/11/1987;
c. Mortes das vítimas	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	24/10/1987; 29/10/1987;
Diário da Manhã	08/11/1987;
Folha de São Paulo	29/10/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	25/10/1987; 26/10/1987; 27/10/1987; 28/10/1987; 28/10/1987; 29/10/1987;
O Popular	24/10/1987; 25/10/1987;
2. PROCESSOS DE DESCONTAMINAÇÃO DOS FOCOS CONTAMINADOS POR CÉSIO-137	
a. Identificação de locais contaminados	
Publicação	Datas
Correio Brasiliense	02/10/1987;
Diário da Manhã	02/10/1987; 07/10/1987; 08/11/1987;
Folha de São Paulo	07/10/1987;

Paulo	
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	09/10/1987;
O Popular	30/09/1987; 01/10/1987; 06/10/1987; 17/10/1987;
b. Ações de descontaminação	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	02/10/1987; 29/10/1987;
Diário da Manhã	01/10/1987; 02/10/1987; 04/10/1987; 07/10/1987; 17/11/1987;
Folha de São Paulo	07/10/1987; 12/10/1987; 02/11/1987; 29/11/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	09/10/1987; 20/10/1987; 27/10/1987;
O Popular	01/10/1987; 06/10/1987; 20/10/1987; 24/10/1987; 11/11/1987;
3. AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
a. Ações governamentais para minimização dos efeitos do acidente	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	02/10/1987;
Diário da Manhã	01/10/1987; 02/10/1987; 07/10/1987; 17/11/1987;
Folha de São Paulo	-
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	-
O Popular	30/09/1987; 01/10/1987; 20/10/1987;
b. Ações para assistência às vítimas	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	02/10/1987; 27/11/1987;
Diário da Manhã	07/10/1987;
Folha de São Paulo	29/10/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	-
O Popular	17/10/1987;
4. INVESTIGAÇÃO DE RESPONSABILIDADES SOBRE O ACIDENTE	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	02/10/1987; 29/10/1987; 27/11/1987;
Diário da Manhã	01/10/1987; 02/10/1987; 04/10/1987; 07/10/1987; 17/11/1987;

Folha de São Paulo	07/10/1987; 12/10/1987; 29/10/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	09/10/1987; 28/10/1987;
O Popular	01/10/1987; 06/10/1987; 17/10/1987; 18/10/1987; 20/10/1987; 24/10/1987;
5. NOTÍCIAS CORRELATAS AO ACIDENTE (DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DO ACIDENTE A CURTO E MÉDIO PRAZO)	
a. Desdobramentos Políticos	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	-
Diário da Manhã	02/10/1987; 07/10/1987; 17/11/1987;
Folha de São Paulo	-
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	09/10/1987;
O Popular	06/10/1987; 17/10/1987; 18/10/1987; 20/10/1987; 24/10/1987; 11/11/1987;
b. Desdobramentos Sociais	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	-
Diário da Manhã	04/10/1987; 07/10/1987;
Folha de São Paulo	-
Jornal de Brasília	06/10/1987;
Jornal do Brasil	09/10/1987; 20/10/1987; 29/10/1987; 01/11/1987; 26/11/1987;
O Popular	30/09/1987; 01/10/1987; 18/10/1987; 20/10/1987; 22/10/1987; 31/10/1987; 11/11/1987; 21/11/1987; 22/11/1987; 24/11/1987;
c. Desdobramentos Econômicos	
Publicações	Datas
Correio Brasiliense	-
Diário da Manhã	-
Folha de São Paulo	-
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	-
O Popular	06/10/1987; 18/10/1987;
d. Desdobramentos Diversos	
Publicações	Datas

Correio Brasiliense	24/10/1987;
Diário da Manhã	01/10/1987; 02/10/1987; 04/10/1987; 17/11/1987;
Folha de São Paulo	29/10/1987; 01/11/1987; 25/11/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	15/10/1987; 25/10/1987;
O Popular	06/10/1987;
6. TECNOLOGIA NUCLEAR (NOTÍCIAS RELACIONADAS À TECNOLOGIA NUCLEAR DE MANEIRA GERAL DESVINCULADA AO ACIDENTE RADIATIVO DE GOIÂNIA)	
Publicação	Datas
Correio Brasiliense	01/11/1987;
Diário da Manhã	01/10/1987; 02/10/1987;
Folha de São Paulo	07/10/1987;
Jornal de Brasília	-
Jornal do Brasil	09/10/1987; 15/10/1987;
O Popular	01/10/1987;